



Relatório & Contas 2017



Correios de Cabo Verde, SA

Junho 2018





INDICE

Órgãos Sociais	3
Direções e Rede Comercial	4
Mensagem do Conselho de Administração	6
1. Enquadramento Macroeconómico	8
1.1 Conjuntura - CCV.....	9
2. Evolução dos Negócios	11
2.1 Sector Postal.....	11
2.1.1 Tráfego Postal.....	12
2.1.2 Performance dos Serviços Postais.....	13
2.2 Serviços Financeiros.....	16
2.3 Prestação de Serviços a Terceiros.....	21
2.4 Medidas de suporte aos negócios.....	25
3. Desenvolvimento de Negócios – Principais Projetos:	27
4. Recursos Humanos	28
5. Análise Económica e Financeira	33
5.1 Situação Económica.....	33
5.2 Situação Financeira e Patrimonial.....	39
6. Perspectivas Futuras	41
7. Agradecimentos	43
8. Proposta de Aplicação de Resultados	43
9. Anexos	43



Órgãos Sociais

Assembleia-geral:

Presidente: Dr. Jorge Benchimol Duarte;

Secretário: Dr. Emiliano Lopes Delgado.

Conselho de Administração:

Administrador Executivo: Dr. Cipriano Semedo Soares de Carvalho;

Administrador Não Executivo: Dr. Almiro Leónidas Almeida Rocha.

Fiscal Único:

PricewaterhouseCoopers&Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Dr. Carlos Sim Sim Maia



Direções e Rede Comercial

Direções:

1. Direção de Recursos Humanos & Administração: Alírio Barros
2. Direção Operacional & Logística: Bruno Tavares
3. Direção de Sistemas & Tecnologias: José Correia
4. Direção Comercial & Marketing: Jassica Tavares
5. Direção de Gestão Financeira: Débora Santos

Rede Comercial

1. Plateau: Mário Carvalho
2. Fazenda: Maria Augusta Amado
3. Achada Santo António: Carlos Brito
4. S. Domingos: Luís Artur
5. Órgãos: Eunice Santos
6. Picos: Luís Boaventura S. Pina
7. Assomada: Luís Boaventura S. Pina
8. Achada Falcão: Luís Boaventura S. Pina
9. Tarrafal de Santiago: João Francisco Vaz
10. Calheta de S. Miguel: Maurício Fernandes
11. Pedra Badejo: Janice Gonçalves
12. Cidade Velha: António Pedro Borges
13. Maio: Arlindo Santos
14. Sal Rei: Óscar Nascimento
15. João Galego: Óscar Nascimento
16. Mindelo: Fredson Rosário
17. R. Bote: Fredson Rosário
18. Monte Sossego: Fredson Rosário
19. Porto Novo: Francisco Xavier
20. Paul: Carla Honorina
21. Ponta do Sol: Nelsa Dias
22. Ribeira Grande: Silvéria Morais
23. Cuculi: Silvéria Morais
24. Tarrafal S. Nicolau: Vanusa vieira
25. Ribeira Brava: Emanuela Araújo
26. Espargos: José Ramalho
27. Santa Maria: Conceição Cruz
28. S Filipe: António Nilton Pires
29. Cova Figueira: António Nilton Pires
30. Mosteiros: António Nilton Pires
31. S. Jorge: António Nilton Pires
32. Nova Sintra: Boaventura Vicente



Senhor Acionista,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho de Administração dos CCV, SA (CCV), submeter ao Senhor Acionista o seu Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017.

O Conselho de Administração,



Mensagem do Conselho de Administração

Prezado Senhor Acionista Estado de Cabo Verde,

Caros Colaboradores

Os Correios em todo mundo vêm enfrentando incertezas de índole global aliadas às vulnerabilidades constantes derivadas do ritmo assustador das inovações tecnológicas, mas também agravadas pelas sucessivas alternativas concorrenciais, particularmente provocadas pelo setor informal.

A desmaterialização da realidade em que vivemos tem obrigado os operadores postais a redefinirem os seus modelos de negócio, de modo a diversificar e a captar novas oportunidades.

A aceleração da queda do tráfego de correio dita a necessidade e urgência acrescidas em reformular o negócio postal para tornar resiliente a transformação da Empresa no médio prazo.

De um modo global a tendência do setor do correio tem sido a de apostar fortemente na diversificação do negócio, para áreas adjacentes de atividade que permitam aos operadores postais alavancarem, nos seus ativos únicos, o necessário crescimento e sustentabilidade futura.

Os Correios de Cabo Verde não são uma exceção, e apesar de mais de 38% do volume de negócios ainda ser proveniente do correio, a empresa tem apostado no desenvolvimento de novos projetos ligados à logística, nomeadamente, transporte de cargas inter ilhas, procurando estabilizar os seus indicadores de desempenho económico-financeiro, de modo a se lançar as bases para um reposicionamento de longo prazo mais consentâneo com as novas exigências. *

O Plano Estratégico dos CCV, para o período 2017-2019, estabeleceu novos desafios. Prevê (i) a reestruturação do portfólio de produtos e serviços dos CCV, com lançamento de novos negócios, como forma de reequilibrar a sua carteira de produtos/serviços e agregar valor aos mesmos, e (ii) a oferta de produtos e serviços integrados de logística e distribuição, assentes em sistemas de informação avançados, fiabilidade e transparência da entrega, o que poderá, sem dúvida, ser um fator diferenciador com expressivos ganhos competitivos no mercado.

Nesta ótica, a busca permanente de novas parcerias, desenvolvimento de novas soluções em termos de sistema de informação e comunicação, a par de uma gestão racional e eficiente dos recursos humanos e financeiros e a promoção e reforço da imagem da empresa junto dos seus clientes e utentes, são fatores essenciais para o sucesso da implementação dessa nova visão.

Das diversas iniciativas, implementadas em 2017, destacam-se as medidas de eficiência, nomeadamente através da automatização de processos de tratamento de correio e encomendas, novas plataformas de prestação de serviços de cobranças, de gestão de clientes e de pagamento de pensões do CNPS.



Implementou-se, ainda, a nova estrutura orgânica, reforçou-se o sistema de controlo interno, importantes medidas de racionalização, automatização e otimização das estruturas com efeitos visíveis no funcionamento e redução dos gastos administrativos e ganhos de produtividade.

Continuou-se com o programa de reforma antecipada, cujo objetivo é o de diminuir o número de efetivos através de reajustes internos que provoquem mais produtividade e mais eficiência da mão-de-obra existente. Desde o início do programa, em finais de 2014, foram colocados em reforma antecipada 24 colaboradores, dos quais 5 aderiram ao programa em 2017.

A situação económico-financeira da Empresa continua crítica:

- ✓ Resultados nos 3 últimos anos (-34,2 mil contos em 2015, -12,4 mil contos em 2016 e 4,132 mil contos em 2017);
- ✓ Avultadas dívidas a terceiros: (470 mil contos em 2014, 484 mil contos em 2015, 509 mil contos em 2016 e 508 mil contos em 2017);
- ✓ Ausência de um parque informático eficiente;
- ✓ Deficiente automatização de processos de gestão;
- ✓ Resultado líquido: 4.132 contos.

É necessário ir mais longe e ajustar a estrutura de custos fixos às necessidades de médio prazo, garantindo, no entanto, elevados padrões de qualidade operacional, cumprindo com as obrigações inerentes ao Serviço Postal Universal, preservando a proximidade à população e assegurando que os CCV se mantêm uma marca de confiança para os Cabo-verdianos.

Os desafios de reestruturação dos CCV aos novos tempos irá requerer de todos muita dedicação, muito esforço, sacrifícios e recursos substanciais.

O Conselho de Administração agradece o Acionista Estado pela confiança e a todos os colaboradores pelo engajamento, esforço, empenho e dedicação em tempos desafiantes.

Muito Obrigado



1. Enquadramento Macroeconómico

Em função de uma notável recuperação do comércio internacional, impulsionada pela recuperação do investimento em economias avançadas, pelo vigoroso crescimento ininterrupto das economias emergentes da Ásia, uma notável recuperação das economias emergentes na Europa e sinais de recuperação em vários exportadores de “commodities”, o crescimento global fortaleceu-se em 2017 para atingir os 3,8%, acima do desempenho de 2016 em 0,7pp, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A mesma fonte perspetiva que o crescimento mundial aumentará para 3,9% em 2018, apoiado em condições financeiras favoráveis. As economias avançadas crescerão mais rápido que o potencial de 2017; as economias da área do euro provavelmente reduzirão o excesso de capacidade com o apoio de uma política monetária acomodatória, e a política fiscal expansiva impulsionará a economia dos EUA acima do pleno emprego. O crescimento agregado das economias de mercado emergentes e o desenvolvimento serão mais reforçados; as Economias emergentes na Ásia e na Europa manterão o crescimento vigoroso e exportadores de “commodities” experimentarão uma ligeira recuperação após três anos de fraco desempenho.

O contexto externo favoreceu o crescimento da procura turística e dos influxos de investimento direto estrangeiro, determinou a redução da fatura das importações e beneficiou o poder de compra das famílias, numa conjuntura de redução das remessas dos emigrantes. Não obstante o abrandamento do ritmo de crescimento, o contexto externo manteve-se relativamente favorável.

Em relação às contas externas, segundo os dados disponibilizados pela DGA/MF de dezembro de 2017, o saldo da balança comercial foi deficitário em 29,6%, derivado da performance das importações de bens que aumentaram em 27,6% e das exportações de bens que diminuíram 2,0%, face ao período homólogo de 2016. Quanto às importações de bens, é de salientar que, relativamente ao período homólogo, os bens de capitais foram mais representativos (24,2%) com impactos esperados positivos no crescimento da economia, enquanto os bens de consumo e bens intermédios diminuíram, respetivamente, 1,0% e 5,7%.

No plano interno, as expectativas de execução dos empreendimentos turísticos financiados com investimento externo iniciados e em fase de arranque, o crescimento mais notável do crédito ao sector privado, a manutenção da tendência de recuperação económica, bem como melhoria das condições do mercado de trabalho e o contínuo aumento da procura turística, sustentam a revisão em alta das projeções de crescimento do PIB para 2017, entre 3 e 4 por cento, num contexto de ligeiro aumento esperado dos preços no consumidor.

As estimativas até então divulgadas indicam que a economia continuará a crescer. De acordo com o INE, o indicador de clima económico manteve a tendência ascendente no 4º Trimestre de 2017, registando o valor mais alto dos últimos 32 trimestres, o que reforça as estimativas do Governo de crescimento de 4,5% do PIB em 2017.

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o crescimento da atividade económica situou-se nos 4,9% no primeiro trimestre de 2017 (3,9 % no acumulado do ano).



A nível de preços, em dezembro de 2017, a inflação média anual registou um valor superior em 2,2 pp e situou-se nos -0,8%, comparado com o período homólogo.

Pese embora as perspetivas mais otimistas de curto prazo, num contexto de reduzido espaço orçamental para estimular a expansão da atividade económica, a orientação da política monetária manteve-se acomodatória, conquanto centrada na preservação das reservas externas em níveis adequados às necessidades da economia e ao perfil de risco do país. De acordo com os dados provisórios do BCV, em Novembro de 2017 a Massa Monetária aumentou 4,9% em relação ao período Homólogo.

Face ao mesmo período de 2016, o Crédito à Economia e o Crédito ao Setor Privado, cresceram 5,3% e 4,3%, respetivamente, deixando sinais que apontam para melhores oportunidades de negócios.

Sendo certo que a capacidade fiscal necessária para aumentar a cobrança de impostos de renda leva tempo, é provável que ainda nos próximos anos, no quadro da política fiscal, o IVA e os impostos seletivos sejam os que oferecerão maior potencial para gerar mais receitas fiscais.

Estudos recentes realizados pelo FMI indicam que o potencial de rendimento do IVA em Cabo Verde é de aproximadamente 3% do PIB, e que em todos os países da África Subsaariana, o potencial de renda de impostos seletivos é equivalente a ½pp do PIB. O impacto significativo da política fiscal na redução da desigualdade em Cabo Verde importa da tributação do IVA, a maior parte do seu efeito. Não obstante a sua característica regressiva, o seu impacto global sobre a desigualdade tenderá a ser favorável, sempre que as receitas geradas forem usadas para financiar programas sociais e gastos focados em segmentos de menor renda.

A contribuição dos impostos sobre as propriedades IUP, também, afigurou-se de muito importante no contexto da diversidade de fontes de receita, muito embora com uma contribuição estimada de baixa, à volta de ½pp do PIB, no máximo. Constituíram, para além de seu importante potencial de receita fiscal, um instrumento eficiente de redistribuição.

1.1 Conjuntura - CCV

Fortemente dependente da postura e desempenho exógenos de parceiros e mercados, os CCV asseguraram o seu papel de agente engajado no desenvolvimento da economia nacional e fê-lo concretizando ações nas seguintes vertentes: serviços postais; serviços financeiros; prestação de serviços a terceiros e participações financeiras, com pesos no volume total dos negócios de 38%, 13%, 14% e 21%, respetivamente.

O exercício económico de 2017 foi encerrado com um resultado líquido positivo de 4. 132 contos, registando uma melhoria na performance financeira de 133% em relação ao desempenho de 2016.

Atividades relacionadas à facilitação do comércio eletrónico:

Entendidas como relevantes não só para o setor postal, tais atividades deveriam ser desenvolvidas no contexto do apoio ao desenvolvimento económico e social e do desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas (MPMEs), sugerindo o recurso ao regime das parcerias institucionais e das parcerias público-privadas (ppp).



Na procura de resposta às necessidades logísticas de facilitação do comércio, os CCV realizaram ações de capacitação de agentes operacionais e reforçaram as parcerias institucionais com outros atores envolvidos na facilitação do comércio e na cadeia de valor da importação-exportação, que inclui logística e transporte, pagamentos, alfândega, segurança e proteção.

O desenvolvimento de tais atividades relacionadas à facilitação do comércio eletrónico impunha-se num contexto em que o comércio eletrónico ganha espaço e se afirma de forma exponencial, reclamando dos operadores postais soluções logísticas de apoio ao negócio.

Perspetivando um posicionamento consistente na facilitação do comércio eletrónico, Correios de Cabo Verde projetaram e apresentaram no fórum UPU 2016, o seu projeto "KUMPRA FÁCIL", muito acarinhado e repensado no modelo "Exporta Fácil" dessa organização internacional, tendo sido, com sucesso, implementado por países pioneiros na América do Sul, aguardando, no plano interno, desenvolvimentos subsequentes.

Inclusão financeira:

Em ponto de viragem, os operadores postais vêm-se obrigados a se adaptarem, a fim de manterem o seu lugar no mercado de produtos financeiros sustentáveis e inclusivos, da mesma maneira que tiveram de se adaptar à substituição do correio eletrónico ao longo dos últimos quinze anos.

Segundo relatório da UPU "Panorama mundial de l'inclusion financière postale 2016", dois bilhões de pessoas no mundo são financeiramente excluídos, isto é, não têm acesso a serviços financeiros formais. Outrossim, pistas cada vez mais importantes sugerem que o acesso aos serviços financeiros e sua utilização contribuem para o desenvolvimento socioeconómico dos países.

Dos cinco modelos recomendados no referido documento, os CCV reforçaram a sua atuação no mercado dos serviços parabancários de transferências e pagamentos, materializando o seu projeto de adesão ao "International Financial System" (IFS) da UPU.

Com uma quota de mercado a rondar os 42%, vêm atuando em parceria com operadores internacionais do ramo das transferências financeiras, beneficiando da interconexão com outros operadores do ramo postal.

Economia postal:

Como espinha dorsal do comércio e do desenvolvimento económico, diariamente as redes postais carregam centenas de milhões de transações físicas, eletrónicas e financeiras em todo o mundo.

Os CCV desenvolveram as suas ações interconectados nas soluções tecnológicas do centro de tecnologias postais (CTP da UPU) que suporta a interconexão das redes postais mundiais, concretizadas nas seguintes cifras transacionadas: transações físicas (objetos postais "Inbound" - 182 455), (objetos postais "Outbound" - 84 017); transferências eletrónicas ("Outgoing" - 970 091 822 CVE); pagamentos financeiros ("Incoming" - 2 335 042 912 ECV).



Aposta em novas tecnologias:

O tratamento da dimensão tecnológica direcionou seus esforços na melhoria dos sistemas de informação e comunicação, integrado no pensamento económico das reformas, com o objetivo de facilitar o compartilhamento de custos, parcerias e interconexão com parceiros e redes congêneres.

Sistema de Pagamento de pensões do CNPS, DUC e IFH: implementado com sucesso, trouxe ganhos consideráveis para os Correios e valor acrescentado para os Clientes, permitindo maior rigor no exercício do controlo em "real time", a deteção das repetições e redução de custos.

Atualizações nos sistemas de apoio às transferências: as atualizações no sistema de apoio ao serviço de transferências financeiras acrescentaram valor à apresentação dos dados nos relatórios, devolveram facilidades e transparência aos operadores das agências e do back office e reduziram, substancialmente, o tempo de processamento, o tempo de espera para a execução das tarefas e os custos inerentes.

Atualizações no sistema Primavera de suporte ao processamento de salário, faturação e outros: o sistema de suporte Primavera foi atualizado em vários aspetos e vertentes, com melhorias evidentes nos processamentos.

Atualizações no sistema de apoio ao atendimento SIA: permitiram incluir novos serviços e criar modelos de funcionamento de Agências agrupadas sob coordenação de chefia única.

2. Evolução dos Negócios

2.1 Sector Postal

As transformações tecnológicas em especial das TIC's aparecem de forma unânime e determinista, como sendo as causas da erosão do negócio postal com maior repercussão na vertente de correios tradicionais, a ponto de estar em causa a sua continuidade numa lógica de financiamento às obrigações sociais dos serviços universais.

O fenómeno associado à diminuição drástica do fluxo de comunicação pessoal, através das cartas entre pessoas (atualmente representando um pequeno percentual no fluxo dos objetos postais), cedeu espaço ao destacado mercado para transporte de mercadorias provenientes do e-commerce, em processo de crescimento exponencial, refletindo o impacto tecnológico sobre o setor e que tem alterado a composição do mercado postal com a redução do volume de correspondências e, concomitantemente, um aumento no volume de pequenas encomendas e serviços expressos.

Em suma, isso significa que mudanças tecnológicas não afetaram o volume e o tráfego postal, embora tenha ocorrido uma mudança na natureza dos objetos postais, sobretudo com o incremento às postalizações vinculadas às atividades comerciais. Assim, as transformações na tecnologia informacional podem ser situadas a partir de seu impacto no volume, fluxo e tipos de serviços prestados, como fator crítico de sucesso a explorar.



2.1.1 Tráfego Postal

Em 2017, foram tratados 388.847 mil objetos, registando um decréscimo de 31,7% em relação a 2016 (569.426 mil).

Tráfego Geral Mensal

Mês	Quantidade	Peso Kg
Janeiro	33 906	13 719,7
Fevereiro	32 919	13 040,1
Março	37 544	12 019,0
Abril	26 042	9 904,9
Maió	34 316	10 135,9
Junho	31 316	9 437,3
Julho	25 192	10 050,9
Agosto	35 055	12 899,4
Setembro	30 411	13 249,7
Outubro	31 321	13 249,8
Novembro	36 374	15 790,7
Dezembro	34 469	15 004,9
Total Geral	388 847	148 502,3

Tráfego Geral Mensal por natureza do correio

FLUXO DE CORREIO	LC/AO	EMS	ENCOMENDAS	TOTAL GERAL
Janeiro	30 853	1 691	1 362	33 906
Fevereiro	30 385	1 218	1 316	32 919
Março	34 811	1 661	1 072	37 544
Abril	24 100	975	967	26 042
Maió	32 141	1 127	1 048	34 316
Junho	29 538	945	833	31 316
Julho	23 368	1 059	765	25 192
Agosto	32 806	1 254	995	35 055
Setembro	28 009	1 178	1 224	30 411
Outubro	28 978	1 198	1 145	31 321
Novembro	33 856	1 266 *	1 252	36 374
Dezembro	32 115	1 140	1 214	34 469
Total Geral	360 960	14 712	13 193	388 847

Tráfego Geral por fluxo e natureza

FLUXO DE CORREIO	Quantidade	Peso Kg	FLUXO DE CORREIO	Quantidade	Peso Kg
Nacional	122 393	45 236,0	EMS	14 712	15 093,0
Internacional Expedidos	84 017	16 950,5	ENCOMENDAS	13 193	84 992,1
Internacional Recebidos	182 455	86 315,8	LC/AO	360 960	48 417,2
Total Geral	388 847	148 502,3	Total Geral	388 847	148 502,3

Tráfego e-commerce:

Com um aumento significativo ao longo dos anos, importa destacar o tráfego e-commerce, negócio que começou timidamente em Cabo Verde, em 2013, tomando uma proporção vantajosa em termos de tráfego comparado aos demais serviços postais,



sobretudo para os registos e ordinários inbound, provenientes dos países como a China, Singapura, Hong Kong e Malásia, num total de 127 013 LC/AO. Já para a importação proveniente dos Estados Unidos, o tráfego e-commerce é muito baixo em comparação aos países mencionados.

Trafego E-Commerce

E-commerce - Inbound 2017:		Portugal(PT); França(FR); Holanda(NL) => T			
Origens	Quantidades	Quantidades (%)	Peso (Kg)	PESO (%)	Países de Transito
PT	59 815	47,09%	8 464,8	51,33%	T
FR	37 225	29,31%	1 099,4	6,67%	T
CN	24 536	19,32%	4 687,4	28,42%	
NL	4 229	3,33%	1 956,2	11,86%	T
HK	155	0,12%	49,3	0,30%	
MY	823	0,65%	183,0	1,11%	
SG	230	0,18%	51,9	0,31%	
Total Geral	127 013	100%	16 491,8	100%	

2.1.2 Performance dos Serviços Postais

Contas Internacionais

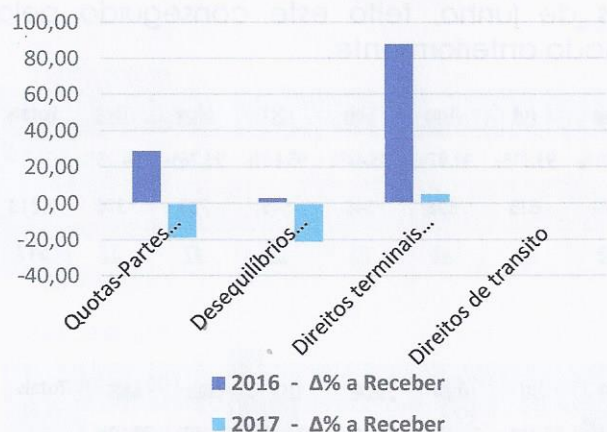
O decréscimo de 31,7% registado no tráfego geral consubstanciou-se por um lado, numa degradação média das receitas a receber, na ordem dos 12%. Por outro lado, a diminuição acentuada dos valores a Pagar aos parceiros internacionais refletiram a fraca dinâmica de vendas do correio internacional "outbound".

Contas Internacionais nos dois últimos anos

Natureza do Serviço faturado	Δ (%) A Receber		Δ Em Valores a Receber		Δ (%) A Pagar		Δ Em Valores a Pagar	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
	Quotas-Partes Territoriais CP	28,70	-19,00	3 089 220,00	-2 652 804,00	-20,4	-24,00	-64 761,00
Desequilíbrios e/ou Serviços terminais EMS	2,90	-21,30	30 177,00	-232 320,00	41	-0,60	145 460,00	-3 047,36
Direitos Terminais LC	88,00	5,00	12 595 327,00	-1 438 507,35	199,3	-57,40	10 368 547,00	-8 931 165,00
Direitos de Transito					80	-33,30	56 224,00	-42 131,00
Somas.....	119,60	-35,30	15 714 724,00	-4 323 631,35	299,90	-115,30	10 505 470,00	-9 037 431,36



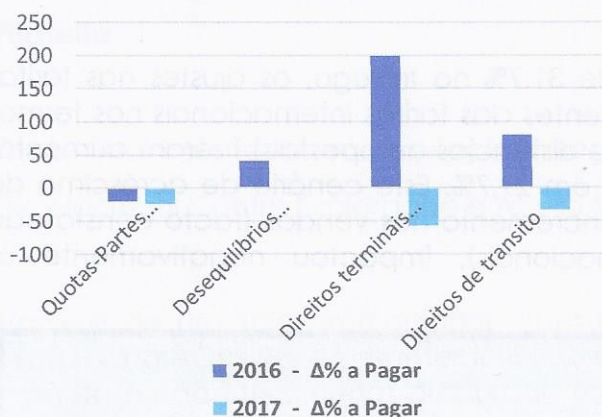
Variações em % de Valores a Receber



Variações em Qde de Valores a Receber



Variações em % de Valores a Pagar



Variações em Qde de Valores a Pagar



Entrega de objetos Postais

EMS:

Através da monitorização feita pela UPU no site "Quality Control System" (QCS) <https://qcsmail.ptc.post>, Cabo Verde chegou a 100%00 de distribuição nos meses de Setembro, Novembro e Dezembro. Não menos relevante, os resultados alcançados em Junho, Julho, Agosto e Outubro, destacam-se com menos de um ponto percentual por entregar, mas que na realidade foram devolvidos.

		Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec	Totals
CVA 2017	H/I / D	96,45%	93,99%	90,55%	94,64%	95,60%	99,36%	99,61%	99,60%	100,00%	99,51%	100,00%	100,00%	
	D	310	183	254	168	250	157	257	250	170	203	280	220	2.702
	D, no H/I	11	11	24	9	11	1	1	1	0	1	0	0	70

**ENCOMENDAS:**

Teve melhorias significativas, a partir do mês de junho, feito este conseguido pela monitoração à semelhança do serviço mencionado anteriormente.

		Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec	Totals	
CVA	2017	H/I / D	91.61%	89.65%	89.13%	94.10%	92.36%	95.21%	93.31%	91.97%	95.44%	95.60%	93.76%	94.18%	
		D	1395	425	543	407	617	376	628	598	548	545	753	378	7,213
		D, no H/I	117	44	59	24	47	18	42	48	25	24	47	22	517

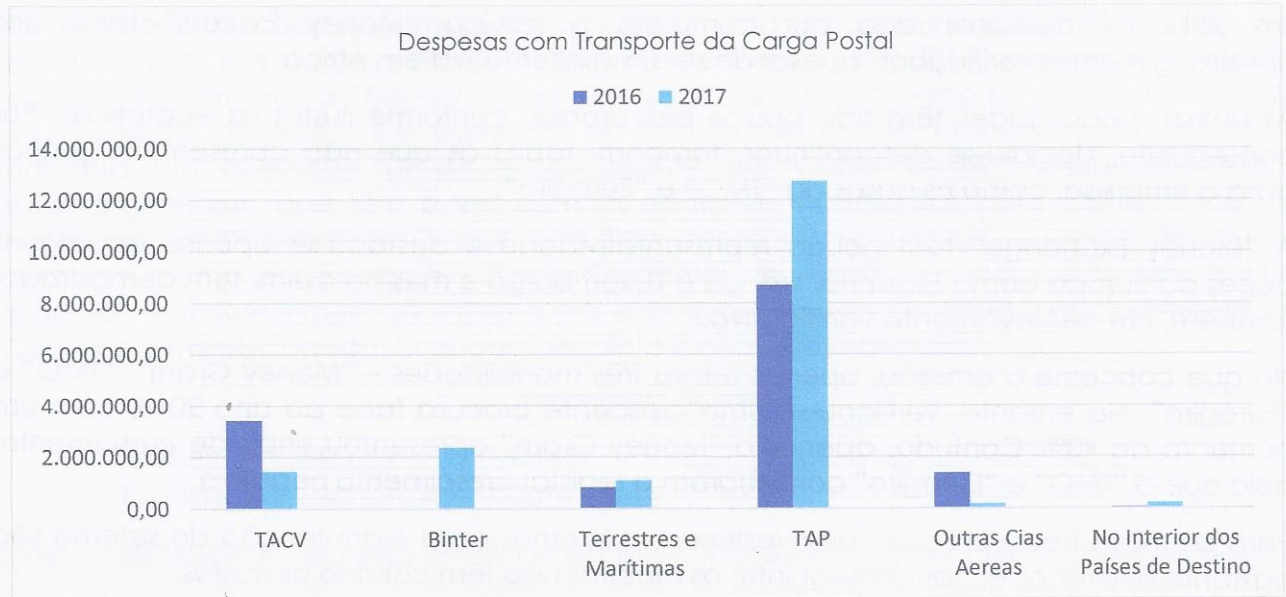
CARTAS:

		Jan	Feb	Mar	Apr	May	Jun	Jul	Aug	Sep	Oct	Nov	Dec	Totals	
CVA	2017	H/I / D	86.16%	83.53%	88.95%	91.01%	88.86%	85.75%	87.31%	84.53%	87.64%	77.64%	74.19%	79.19%	
		D	8865	3546	5729	3604	7161	4028	5161	6476	3917	5904	8079	2754	65,224
		D, no H/I	1227	584	633	324	796	574	655	1002	484	1320	2085	573	10,257

Despesas com Transporte da Carga Postal

Embora se tenha registado uma diminuição de 31,7% no tráfego, os ajustes nas tarifas internas negociadas com a BINTER e os advenientes das tarifas internacionais nos termos do acordo anual IATA/UPU (DTS por escalões de distâncias aeropostais) fizeram aumentar as despesas com transportes da carga postal, em 29,7%. Este cenário de acréscimo de custos, não tendo sido acompanhado de um incremento nas vendas (facto constatado pelo fraco desempenho das contas internacionais), impactou negativamente os rendimentos postais.

Clas Anos	DESPEAS DOMÉSTICAS			DESPEAS INTERNACIONAIS			SOMA
	TACV	BINTER	Nacionais de Superfície	TAP	Pagas a Outras Clas Aereas	No Interior dos Países de destino	
2012	2 818 055,00		1 854 631,00*	7 593 949,00	308 682,00	79 526,00	12.654.843,00
2013	2 482 025,00		1 035 588,00	7 900 173,00	749 800,00	75 631,00	12.253.217,00
2014	4 698 706,00		1 195 747,00	6 027 274,00	1 281 987,00	313 090,00	13.516.804,00
2015	2 906 041,00		1 002 866,00	8 855 277,00	1 677 226,00	24 872,00	14.466.282,00
2016	3 427 162,00		829 031,00	8 260 052,00	1 325 360,00	41 036,00	13.882.641,00
2017	3 311 110,00	2 761 920,00	1 000 000,00	10 210 000,00	2 350 000,00	300 000,00	18 000 730,00
△	+ -57,8	- 100	- 31,3	- 54	+ 47	- 105,4	- 39,7



Filatelia

Em 2017 foi colocado em circulação o seguinte selo:
Dia Nacional Contra Exploração e Abuso Sexual



Trata-se de um selo promocional, com uma tarja de 60\$00, feito em parceria com a associação ACRIDES, em comemoração do dia alusivo ao próprio selo. Uma vez que este produto é cada vez menos procurado e a sua venda concentrar mais nas ilhas do Sal e Boa Vista, procurado essencialmente pelos turistas, tem-se optado pela emissão deste tipo de selo.

As vendas Filatélicas totalizaram o montante de 1 319 339,28 o que representa uma diminuição de 57% face ao ano anterior. Isto deve-se ao fecho da loja filatélica.

2.2 Serviços Financeiros

O Serviço de transferência de dinheiro tem tido uma prestação positiva para o negócio dos Correios. Contudo, no ano 2017 a tendência inverteu-se comparativamente aos anos anteriores, apresentando uma queda de 7% no valor bruto total transacionado, em relação aos pagamentos de vales internacionais. Na vertente emissões o cenário é diferente, apresentando um aumento de 40%, face ao mesmo período.

A "Money Gram" continua a ser o único serviço a apresentar sinais de crescimento comparativamente às outras modalidades existentes.



Em 2016 foi descontinuado por completo o serviço "Money Express" face aos constrangimentos verificados, apesar de ser uma alternativa em África.

As outras modalidades têm sido pouco procuradas, conforme ilustra as estatísticas. Por conseguinte, decidiu-se descontinuar, também, todas as que não apresentam ganhos para a empresa, como os casos da "TMO" e "Eurogiro".

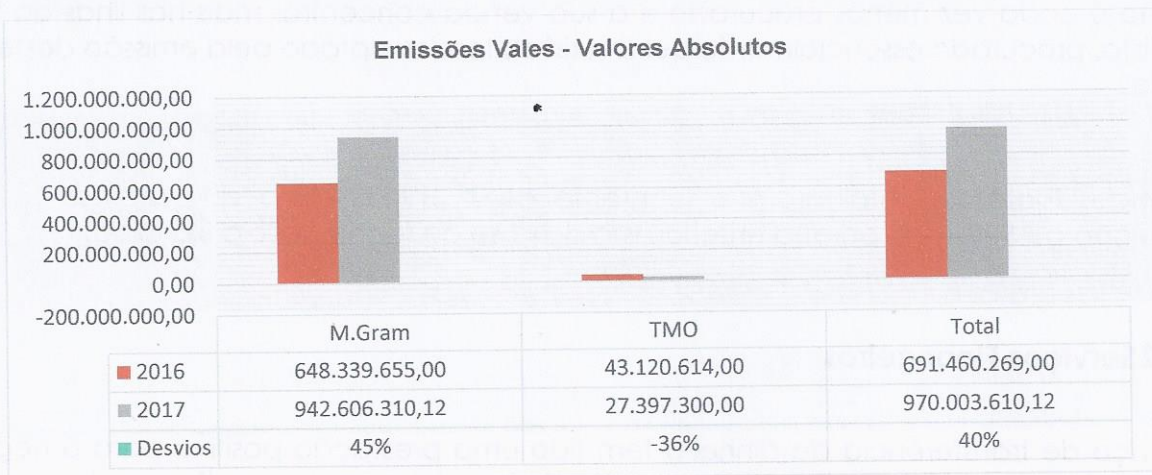
A "Money Exchange" tem pouca representatividade e destaca-se apenas em alguns países da Europa como Espanha, França e Luxemburgo e mesmo assim, tem demonstrado, também, um decréscimo significativo.

No que concerne à emissão, apenas temos três modalidades – "Money Gram", "TMO" e "Eurogiro". No entanto, verificou-se uma crescente procura face ao ano 2016, com um aumento de 40%. Contudo, apenas a "Money Gram" apresentou sinais de crescimento, pelo que a "TMO" e "Eurogiro" continuaram a registar crescimento negativo.

Para além da fraca procura, os investimentos internos para manutenção do sistema são bastante avultados e, por conseguinte, as receitas não têm cobrido os custos.

O quadro seguinte mostra a evolução dos valores brutos emitidos durante os dois últimos anos:

Emissões de vales			
	M.Gram	TMO	Total
2016	648 339 655,00	43 120 614,00	691 460 269,00
2017	942 606 310,12	27 397 300,00	970 003 610,12
Desvios	45%	-36%	40%



Estas variações negativas prendem-se com o facto de existir pouca divulgação e consequente procura desses serviços. O maior volume de transações provem de Portugal, França, Itália e estes utilizam, maioritariamente, o serviço da "Money Gram" no ato dos envios, o que justifica também pela forte campanha de marketing que se faz deste serviço em todos os países onde têm representações. A tabela e o gráfico acima ilustram as variações verificadas nas modalidades de Emissão internacional. Uma variação positiva de 45% da "Money Gram" e uma variação negativa de 36% proveniente da TMO.

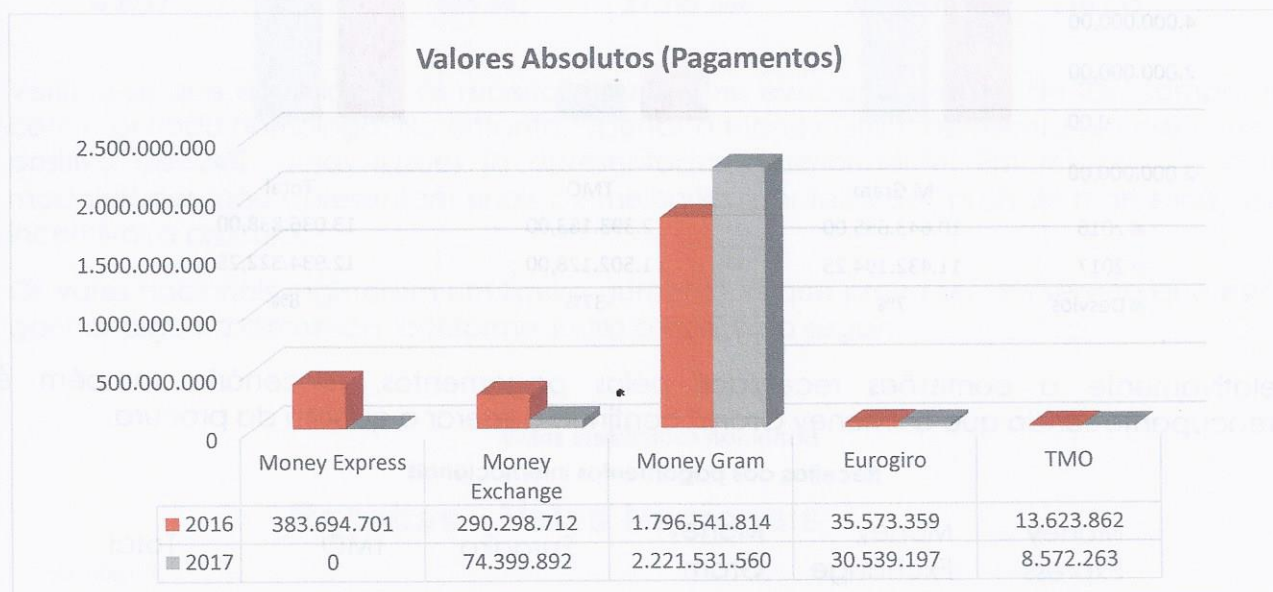


No que concerne aos pagamentos, verificou-se uma variação negativa de 7% no valor absoluto total dos pagamentos comparativamente ao ano 2016, conforme o quadro seguinte. No entanto, a "Money Gram" apresenta-se como o único serviço rentável, com um aumento de 24%. Este aumento se justifica pela forte campanha promocional realizada em diferentes países e igualmente em Cabo Verde. Apesar de alguns constrangimentos, que têm a ver com as restrições introduzidas para corresponder às exigências de "Compliance", que tem tido como consequência a perda de alguns mercados como por exemplo – Costa Ocidental da África, por outro lado tem ganho dimensão em outros mercados como por exemplo o mercado chinês, principalmente no valor que é transacionado. O quadro seguinte ilustra essas variações.

Pagamentos de vales

	Money Express	Money Exchange	Money Gram	Eurogiro	TMO	Total
2016	383 694 701	290 298 712	1 796 541 814	35 573 359	13 623 862	2 519 732 448
2017	0	74 399 892	2 221 531 560	30 539 197	8 572 263	2 335 042 912
Desvio	-100%	-74%	24%	-14%	-37%	-7%

Valores Absolutos (Pagamentos)



A "Money Express" foi descontinuada em 2016. A M. Exchange registou uma quebra de 74% por falta de incentivo em marketing para o aumento das transações. "Money Gram" continua a ser o meio mais utilizado, com uma evolução positiva de 24%. A "TMO" e "Eurogiro" têm sido modalidades pouco rentáveis com um decréscimo de 37% e 14% respetivamente. Contudo estas quebras justificam-se pela perda de uma boa parte do mercado africano, com a suspensão do serviço "Money Express" e outros constrangimentos que tem a ver com as restrições de "compliance".

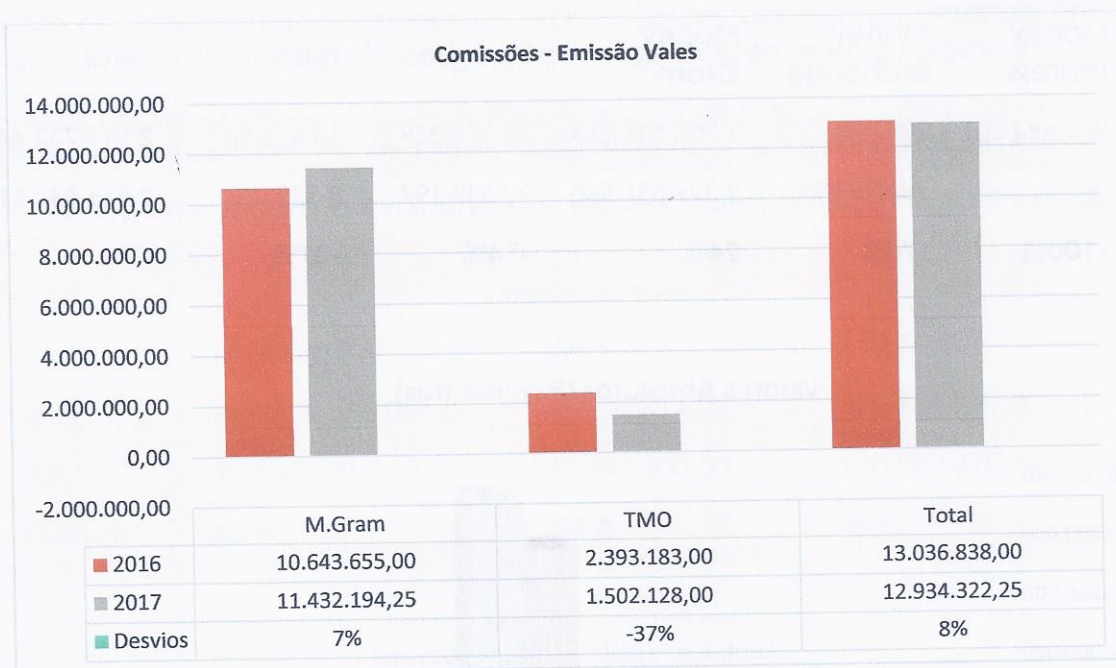
No que concerne às receitas recebidas pela prestação do serviço de transferência, verifica-se o seguinte cenário: A "Money Gram" representa a modalidade com maior percentagem de comissão comparando os anos 2016/2017, com um aumento de 7% nos envios. As receitas da TMO representam uma queda de 37% face ao ano anterior, no que tange às emissões. Têm-se canalizado os clientes a utilizarem o serviço "Money Gram",



porque a "TMO" é maioritariamente enviada para o Brasil e Portugal e a procura não é significativa e representa picos – Conforme ilustra o quadro a seguir.

Receitas dos envios internacionais

	M.Gram	TMO	Total
2016	10 643 655,00	2 393 183,00	13 036 838,00
2017	11 432 194,25	1 502 128,00	12 934 322,25
Desvios	7%	-37%	8%



Relativamente a comissões recebidas pelos pagamentos, o cenário também é preocupante sendo que a "Money Gram" continua a liderar o quadro da procura.

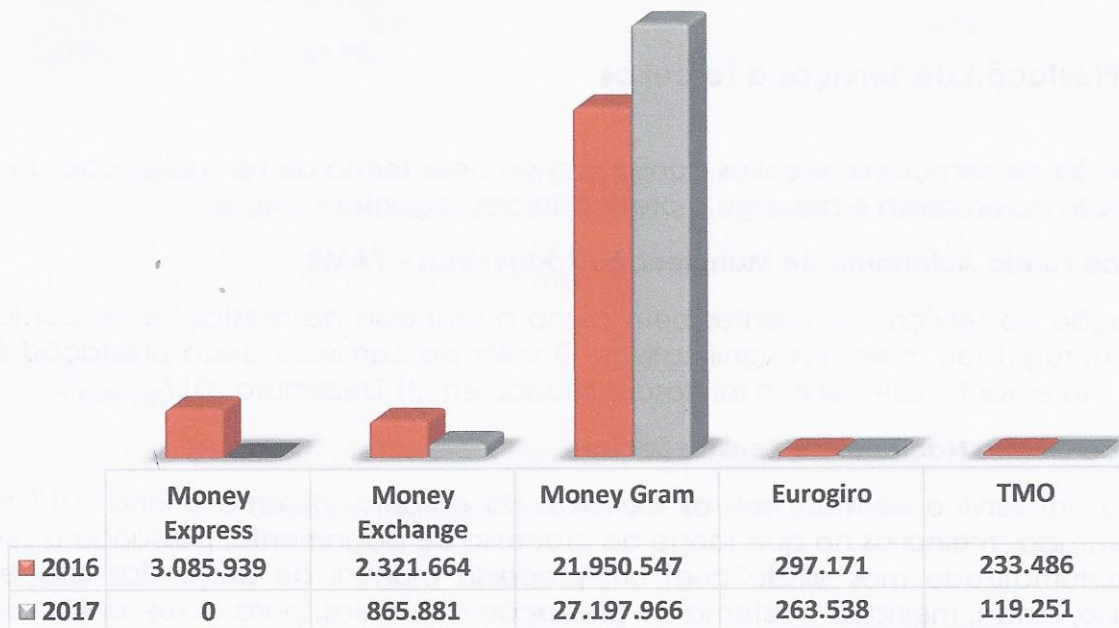
Receitas dos pagamentos internacionais

	Money Express	Money Exchange	Money Gram	Eurogiro	TMO	Total
2016	3 085 939	2 321 664	21 950 547	297 171	233 486	27 888 807
2017	0	865 881	27 197 966	263 538	119 251	28 446 636
Desvio	-100%	-63%	24%	-11%	-49%	2%

[Handwritten signatures]



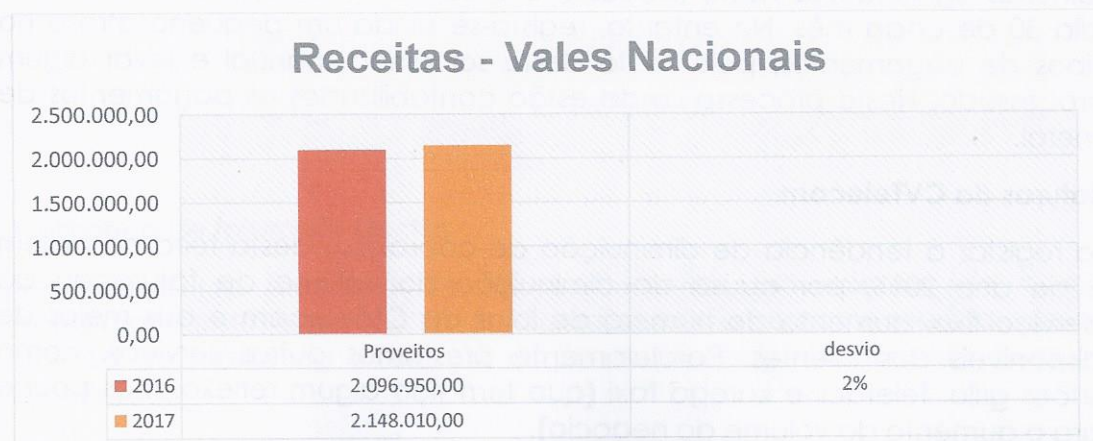
Comissões - Pagamentos



Verifica-se que em relação às receitas houve uma evolução positiva de 2%, comparado com o período homólogo. No entanto, apenas a Money Gram apresenta um crescimento positivo de 24%, pelas razões já apresentadas anteriormente. Em relação às outras modalidades, não apresentam sinais de melhorias, por falta de "push de marketing" para incentivar a procura.

Os vales nacionais registaram um ligeiro aumento, o que prova ser um serviço que está a ganhar alguma dimensão, conforme ilustra o quadro a seguir:

Vales eletrónicos nacionais



Pensa-se que uma campanha nacional sobre a utilização deste serviço poderá ser interessante para fazer aumentar o seu uso. É maioritariamente utilizado nas agências com maior dimensão e que atualmente têm horários mais alargados. Algumas estão atualmente abertas aos sábados. Este serviço poderá ser uma alternativa à Wari mas, por



ser ainda pouco conhecido, tem tido pouca aderência. Pela receita realizada, nota-se que ainda tem alguma representatividade no bolo global das receitas da empresa e se tiver uma maior divulgação, poderá ainda ter uma evolução maior.

2.3 Prestação de Serviços a Terceiros

A prestação de serviços a terceiros continua a ser uma forma de rentabilização da rede dos balcões da empresa e abrange a prestação dos seguintes serviços:

Serviço ao Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviárias – FAMR

A prestação do serviço aos clientes bem como o processo de prestação de contas ao FAMR tem registado melhorias significativas. O valor da comissão desta prestação é fixo por ano. No entanto, este serviço foi descontinuado em 31 Dezembro 2017.

Serviço ao Centro Nacional de Pensão Social

Tem sido um serviço normal para os Correios. No entanto, durante o ano 2017 foram implementadas melhorias no que tange ao processo de pagamento, passando a ser, em parte, automatizado mas ainda com um processo manual de envio das listagens. É necessário, ainda, melhorar o sistema de prestação de contas, para acrescentar valor às partes (Correios e CNPS).

Resumo prestação de serviço ao CNPS

RESUMO	PENSIONISTAS QUE RECEBERAM		COMISSÕES
	Nº Registos	Montantes	
ANO 2016	254.050	1.247.535.800,00	20 324 560,00
ANO 2017	254.712	1.250.515.000,00	20 391 200,00

Registou-se melhorias significativas neste processo e atualmente as contas estão a ser fechadas no dia 30 de cada mês. No entanto, regista-se ainda um pequeno atraso no envio dos recibos de pagamentos, pelo facto deste ser ainda manual e levar algum tempo a ser processado. Neste processo ainda estão contabilizados os pagamentos de subsídios de funeral.

Cobrança de faturas da CVTelecom

Continuou-se a registar a tendência de diminuição de cobrança, desta feita na ordem dos 20% face ao ano 2016, por causa da diminuição do volume de faturação da utilização do serviço fixo, aumento do número de lojas da CVTelecom e dos meios de pagamento disponíveis aos clientes. Paralelamente prestamos outros serviços, como vendas de cartões grilo, telefacil e karega faxi (que tem tido algum reflexo, mas pouco significativo para o aumento do volume do negocio).



Cobrança de faturas CVTelecom

Anos	Valores Cobrados	Comissões	Desvio
2016	190 515 807	10 063 089.00	-20%
2017	147 266 991	8 019 704.58	

Por um lado, temos o valor total das faturas cobradas e, por outro, a comissão recebida por todos os serviços que prestamos à CVTelecom no âmbito deste processo. Contudo, é um serviço que tem vindo a decair por causa da conjuntura atual e descontinuidade do serviço fixo, conforme ilustra o quadro acima.

Serviço à Garantia

Verificou-se uma evolução positiva das receitas, na ordem dos 48%.

Cobrança de Seguro – Automóvel e Acidente de Trabalho

Anos	Comissões	Desvio
2016	2 052 640,00	48%
2017	3 014 985,30	

Serviço à Caixa Económica de Cabo Verde

Registou-se um ligeiro desvio negativo de 1%, considerado normal em termos de desempenho na prestação do serviço.

Prestaçãoq serviço - CECV

Anos	Comissões	Desvio
2016	10 249 614,00	- 1%
2017	10 149 377,00	

Cobrança de fatura de Electra

Registou-se um aumento de 3% nas receitas provenientes da comissão recebida, comparativamente ao ano 2016. Afigura-se ainda como necessária, implementar alguma política de marketing e reforçar os pontos de pagamento para aumentar o valor das receitas.

O quadro seguinte ilustra a diminuição das comissões recebidas, numa análise comparativa entre os dois anos:



Cobrança de Faturas de Electra

Anos	Comissões	Desvio
2016	1 049 500,00	3%
2017	1 080 500,00	

Pagamento Pensão Finanças

O cenário seguinte ilustra uma tendência de diminuição da comissão recebida.

Pagamento Pensão Finanças

Anos	Comissões	Desvio
2016	75 200,00	-7%
2017	69 760,00	

Cobrança de Imposto

Conforme ilustra o quadro seguinte, registou-se um incremento substancial e perspectiva-se um cenário de crescimento gradual, à medida que as pessoas forem familiarizando com esta modalidade:

Cobrança de imposto - DUC

Anos	Comissões	Desvio
2016	62 440,00	298%
2017	248 500,00	

Serviço à Alfandega

O aumento do tráfego de objetos no circuito postal, traduziu-se no aumento dos despachos e consequentemente no valor da comissão a favor dos Correios, incidindo, na sua maioria, pequenas encomendas e compras provenientes do comércio eletrónico. Conforme ilustra o quadro seguinte, as receitas aumentaram em 18% face ao registo de 2016:

Cobrança bilhetes despachos

Anos	Comissões	Desvio
2016	2 897 742,00	18%
2017	3 408 669,70	



Cobrança de faturas IFH

A prestação do serviço de cobrança de faturas da IFH concretizou-se em 2016, com continuidade em 2017. Atualmente os Correios utilizam o sistema interno de cobrança e nota-se alguma melhoria na receita. No entanto, é ainda necessário um trabalho conjunto entre o IFH e Correios, por forma a canalizar as cobranças para os balcões dos Correios. O quadro seguinte ilustra esta evolução:

Cobrança faturas IFH		
Anos	Comissões	Desvio
2016	1 550,00	18%
2017	8 850,00	

No global das prestações a terceiros verifica-se uma diminuição de 16% nas receitas, isto porque paulatinamente cada entidade tem procurado soluções melhores para os seus serviços. Assim, para inverter a tendência e reduzir os impactos na performance financeira da empresa, recomenda-se uma concentração maior no "core business" dos Correios.

Resumo das receitas de prestação de serviço a terceiros

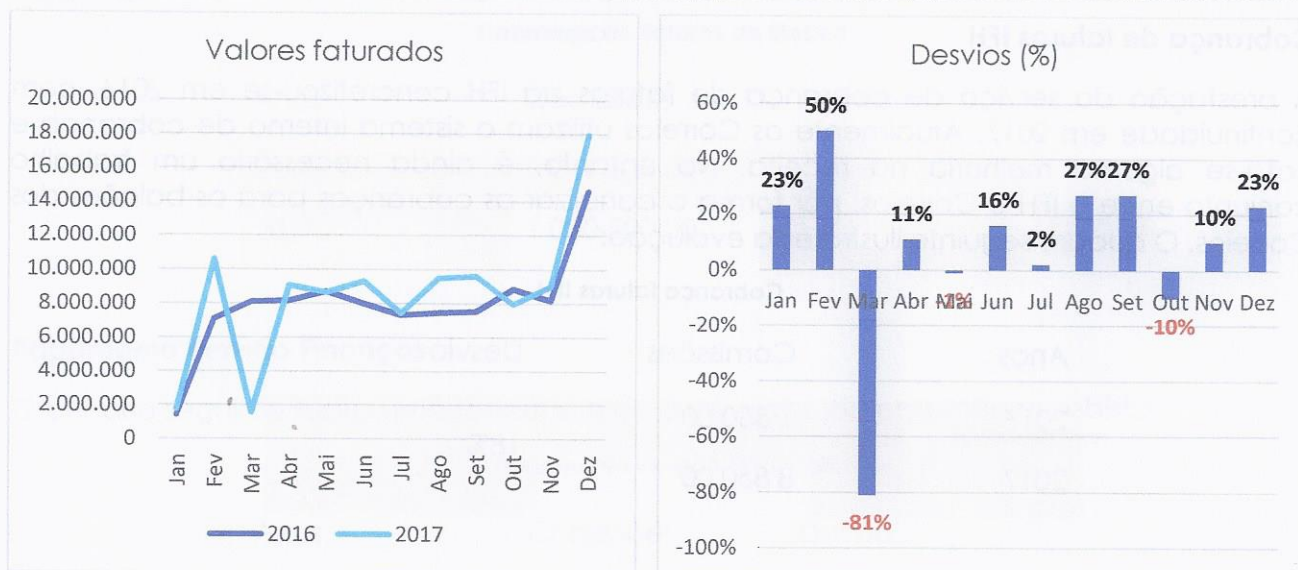
Anos	Valores	Desvio
2016	58 435 692,00	-16%
2017	49 303 741,58	

No concernente ao volume global da faturação dos serviços, registou-se uma variação positiva na ordem dos 7% em relação ao registo de 2016.

A aposta no contacto direto com os Clientes (atuais e potenciais) sustentaram a variação positiva verificada na faturação. No entanto, é ainda necessário um trabalho mais profundo de "aproch" junto dos clientes por forma a incentivar ainda mais a utilização dos serviços dos Correios, principalmente junto das entidades oficiais e do tecido empresarial privado.

Análise comparativa – volume de faturação – Mensal

Anos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2016	1 425 000	7 092 453	8 122 763	8 178 643	8 725 165	8 002 803	7 337 502	7 469 957	7 559 979	8 869 002	8 199 470	14 604 690	95 587 427
2017	1 755 800	10 616 108	1 566 000	9 072 632	8 665 355	9 312 976	7 461 037	9 505 367	9 614 436	7 987 077	9 021 005	17 943 423	102 521 216
Desvios	23%	50%	-81%	11%	-1%	16%	2%	27%	27%	-10%	10%	23%	7%



2.4 Medidas de suporte aos negócios

Tendo em conta a mudança do Conselho de Administração, o Ano 2017 foi de ajustes em alguns serviços e procedimentos perspetivando estabilizar o ambiente de trabalho, os processos e o conseqüente reflexo nos resultados.

Privilegiou-se uma serie de encontros comerciais com diferentes empresas e parceiros objetivando o incremento das vendas, a divulgação dos produtos e serviços em carteira, a planificação de eventuais campanhas promocionais e apresentação de alguns projetos.

Foram ainda realizados vários encontros comerciais ao longo do ano, para análise das situações pendentes de dívidas com algumas entidades oficiais, por forma a se definir planos de pagamento e amortização das mesmas.

Dos encontros realizados, destacam-se os que visavam o estabelecimento de parcerias para prestação de serviços de recolha e entrega (com particular destaque ao projeto Carteiro do Estado), melhorias nas vertentes transporte de malas postais, transporte de cargas aéreas no regime interno e nos processos de desalfandegamentos.

Parceiros como a DHL, Binter, Bancos, Entidades do Estado e outros considerados relevantes, constam do rol de contactos estabelecidos.

No cumprimento de um dos objetivos estratégicos e comerciais elencados como prioritários para o ano 2017, foram estabelecidos novos contratos de prestação de serviço de distribuição de objetos tanto a nível nacional como internacional – exemplificando os casos BCA e IMP Laboratórios.

Vertente "Customer Care": reclamações e pedidos de informações num total (1395) "tickets" registados, representaram um crescimento de solicitações na ordem dos (9,7%) comparativamente aos dados de 2016;

Canais Tradicionais (Telefone e Presencial) e Canais de atendimento digitais (Viber, Facebook, Whatsapp e email) estiveram disponíveis aos Clientes.



“Briefings” internos e “Staff meetings”: por forma a melhorar a eficiência na prestação dos serviços, foram realizados vários encontros internos para análise de contingências, envolvendo quadros, direções e chefias intermédias, destacando os seguintes temas:

Configurações e atualizações de alguns serviços no SIA (sistema interno de atendimento);

Introdução de um Novo aplicativo de cobrança de serviços;

Implementação do sistema interno de gestão de clientes CCV;

Prestação de serviço a novos clientes;

Plano de contingência para constrangimentos de transportes em épocas altas;

Definição de diretrizes para minimizar os erros de encaminhamento;

Atualização de base de dados de clientes para faturação;

Socialização de projetos e ideias de projetos em carteira.

Das ações acima descritas, algumas não foram concluídas, estão em fase de finalização, como por exemplo sistema de gestão de clientes.

Vertente promocional dos negócios: em termos de promoção de negócios, foram feitos “follow up’s” de algumas campanhas de utilização do serviço na página de Facebook, promoção e ativação da marca Money-Gram; divulgação do serviço cargas inter-ilhas.



3. Desenvolvimento de Negócios – Principais Projetos:

Vertentes	Projetos	Investimentos	"Status"
Sustentabilidade	<p>Sistema de informação estratégica de apoio à decisão</p> <p>Desenvolvimento e implementação de uma plataforma integrada "on-line" de Gestão (negócios e orçamento)</p> <p>Realização de obras de remodelação e reparação dos imóveis da empresa</p> <p>Gestão de aluguel/arrendamento e vendas de imóveis improdutivo</p> <p>Revisão Produtos postais Existentes</p> <p>Revisão Produtos financeiros Existentes</p>		
Inovação	<p>Logística/ E-commerce</p> <p>Entrega a domicílio</p> <p>Outros Produtos e Serviços</p> <p>Carteiro do Estado</p> <p>Transporte cargas inter-ilhas & Internacional (Transitário)</p> <p>Procedimento controle interno</p>		
Qualidade	<p>Sensibilização e formação do pessoal para a qualidade; "Compliance"</p> <p>Melhoria qualidade Atendimento</p> <p>Nova Estrutura Orgânica</p> <p>PCCS</p>		
Recursos Humanos	<p>Novo Sistema de Avaliação de desempenho</p> <p>Sistema Controle assiduidade</p> <p>Programa Pré-reforma</p> <p>Plano Formação</p> <p>Disponibilização vagas para estágios profissionais e curriculares</p>		



4. Recursos Humanos

De há uns anos para cá a empresa tem feito um grande esforço para diminuir o número de trabalhadores através de reajustes internos que provoquem mais produtividade e mais eficiência da mão-de-obra existente. Baseado neste pressuposto implementou-se, também, o programa de reforma antecipada. Desde o início do programa que remonta aos finais de 2014, foram colocados em reforma-antecipada 24 trabalhadores, sendo que 16 continuam ainda no programa e 8 já passaram para situação de reformados pelo INPS, por limite de idade.

Entretanto, para contrabalançar essas saídas e com recurso à modalidade de "outsorsing", tem-se vindo a contratar à Soluções Qualidade, empresa de cedência de pessoal, algumas unidades ajustadas às necessidades. No final de 2017 a empresa contava com 13 trabalhadores contratados em regime de "outsorsing", com um custo atual de cerca de 700.000\$/mês.

A ilustração seguinte mostra a situação do quadro de pessoal, a 31 de Dezembro, em termos de distribuição por categorias profissionais e sua relação jurídica com os CCV:



Carreira	Categorias Profissionais	Nº Trabalhadores			
		Do Quadro	Contratado		
FORÇA DE TRABALHO PERMANENTE	QUADRO SERVIÇOS GERAIS	EMP. SERV. GERAIS	13	2	
		Contínuos	4	0	
		Guardas	2	0	
		Motoristas	5	0	
		Carteiros	14	15	
	QUADROS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS	Auxiliar Administrativo	0	0	
		Técnico Auxiliar de Exploração	32	7	
		Técnico Administrativo	2	0	
		Técnico de Exploração	40	10	
		Assistente Administrativo	1	0	
		Assistente de Exploração	3	0	
	QUADROS SUPERIORES	Bacharel	4	0	
		Licenciados	14	1	
		Post- Graduados	1	0	
	COMISSÃO DE SERVIÇO	QUADROS EXECUTIVOS	Presidente Conselho Administração	0	1
			Administrador Executivo	1	0
			Administrador Não Executivo	0	1
	HORISTAS		0	3	
	Contrato Gestão – Direção Comercial	0	1		
	Contratados em regime especiais	0	5		
	Total de Recursos Humanos, segundo relação jurídica	136	46		
	TOTAL GERAL	182			

Entretanto, do total de 182 colaboradores que aparecem no quadro acima, encontra-se efetivamente ao serviço 164, conforme o quadro a seguir. Os restantes 18 colaboradores estão na reforma antecipada, de modo que não estão ao trabalho da empresa:



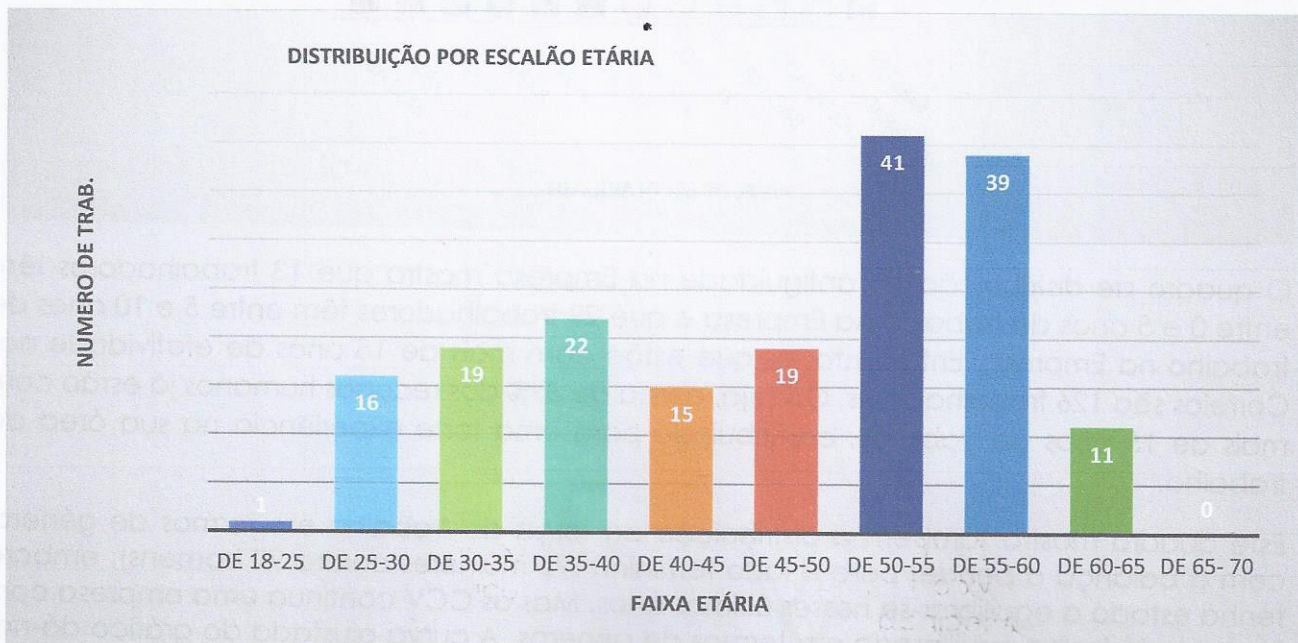
CARREIRA	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	ANO 2017		
		DO QUADRO	CONTRATADO	PESO RELATIVO (%)
TOTAL DE RECURSOS HUMANOS EFETIVAMENTE AO SERVIÇO, SEGUNDO RELAÇÃO CONTRATUAL		118	46	100
TOTAL GERAL		164		

Em final de 2017 ainda restavam 13 trabalhadores contratados à Soluções, empresa de cedência de mão-de-obra. De realçar que durante o ano de 2017 saíram 7 desses trabalhadores cedidos, ou porque a empresa os dispensou, ou porque eles próprios renunciaram os seus contratos à empresa Soluções. Entretanto, no rácio, como se pode perceber, dos 7 saídos só entraram 2, estando a empresa, permanentemente no processo de ajustamento da sua mão-de-obra.

A idade média dos trabalhadores dos CCV no final de 2017 ficou em 48 anos. Há, como se pode ver, maior concentração nas faixas entre os 51 e 60 anos, correspondendo a 43,9% da mão-de-obra. Quase metade dos recursos humanos da empresa está nesse intervalo. A faixa etária que vai dos 18 aos 30 anos teve um ligeiro decréscimo em relação ao ano 2016. A empresa conta com apenas 8,7% dos trabalhadores dentro desta faixa etária, um indicador claro da baixa taxa de incidência de juventude. Entre os 18 e 40 anos de idade, o peso é de 31,2%, o que confirma a afirmação anterior, pois, apenas 1/3 ocupa essa faixa. O resto, ou seja, 2/3 estão com 40 ou mais anos de idade.

Acima dos 55 anos, aproximando da idade de aposentação, há cerca de 27,4% de efetivos, ou seja, 41 trabalhadores. Entretanto, nos próximos 5 anos cerca de 40 trabalhadores estarão a deixar a empresa, por limite de idade, com maior incidência feminina, cujo número está a volta de 27 trabalhadoras, oportunidade que a empresa terá de refrescar a sua mão-de-obra, tendo em vista que isso representará cerca de 22% dos seus efetivos.

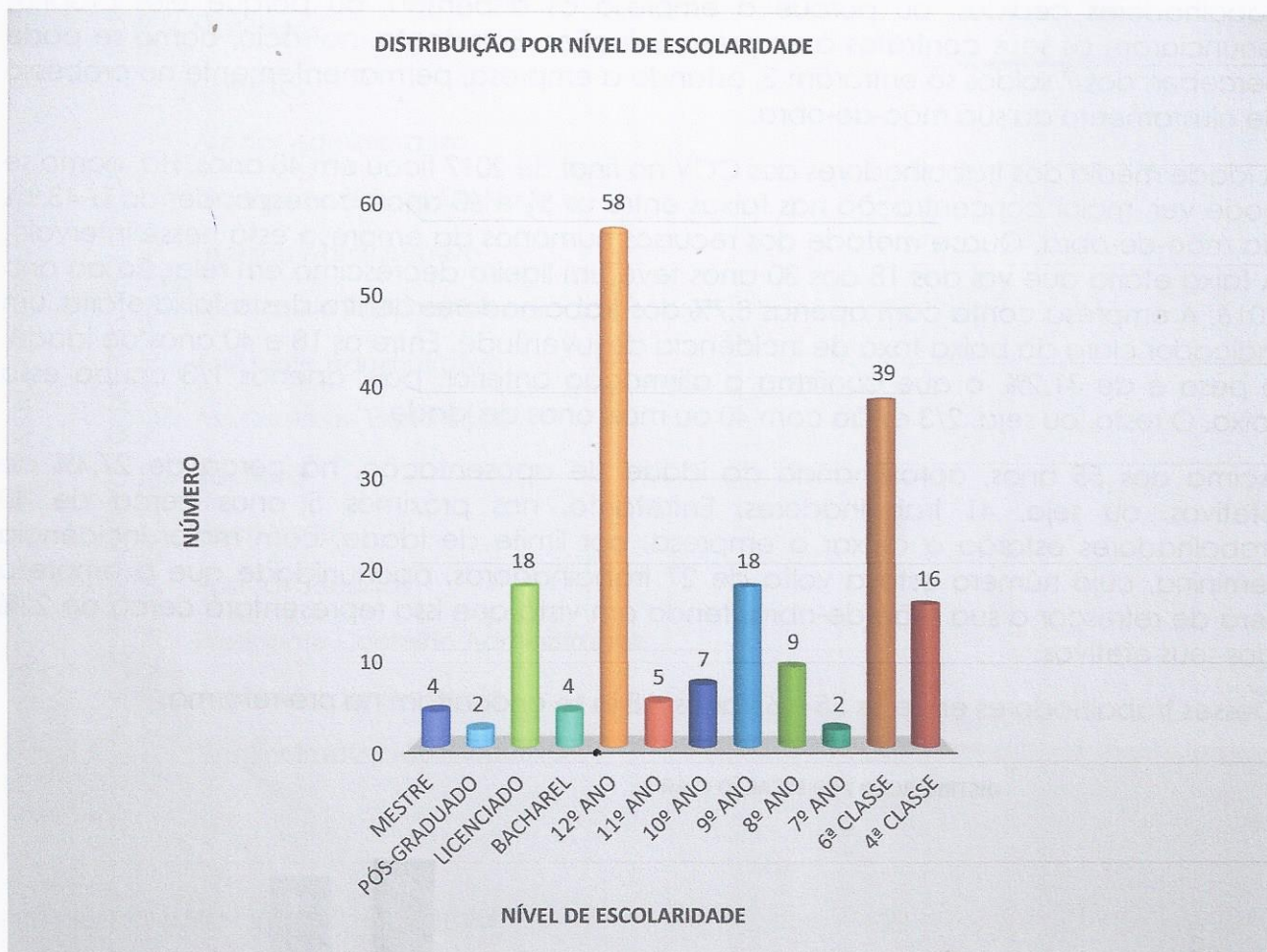
Desses trabalhadores entre os 55 e 65 anos, 18 já se encontram na pré-reforma.



Dos 182 trabalhadores da Empresa no final de 2017, 55 tinham habilitações literárias de 4ª ou 6ª classe, o que corresponde cerca de 30,21% do total dos trabalhadores, tendo



verificado uma ligeira diminuição em relação ao ano anterior, cujo número estava situado em 58. Um comportamento bastante rígido na estrutura habilitacional dos CCV, embora com tendência decrescente. Se colocarmos a nossa análise até 8º ano, essa taxa assume um valor de cerca de 36,27%, com uma ligeira variação negativa, em relação ao ano anterior, que estava em 38%. Explicando melhor, cerca de 36,27% do universo dos trabalhadores tem apenas até 8º ano de escolaridade. Essa estatística poderá ter alguma melhoria a partir do momento que um número considerável de trabalhadores entre para a reforma. As melhorias habilitacionais tendem a ser bastante rígidas em relação ao tempo, pois as habilitações de baixo nível estão concentradas nos trabalhadores com mais de 45 anos de idade.



O quadro de distribuição de antiguidade na Empresa mostra que 13 trabalhadores têm entre 0 e 5 anos de trabalho na Empresa e que 29 trabalhadores têm entre 5 e 10 anos de trabalho na Empresa. Entretanto, os que estão com mais de 15 anos de efetividade nos Correios são 126 trabalhadores. Ou seja, cerca de 69% dos recursos humanos já estão com mais de 15 anos de trabalho, contribuindo para uma forte experiência na sua área de trabalho.

Este quadro mostra também a distribuição da força de trabalho em termos de género, com a balança a pender para o lado feminino (92 mulheres contra 90 homens), embora tenha estado a equilibrar-se nesses últimos anos. Mas os CCV continua uma empresa com força de trabalho equilibrada em termos de géneros. A curva ajustada do gráfico dá-nos um panorama um pouco diferenciado quanto à antiguidade entre homens e mulheres. Uma distribuição mais irregular para o lado dos homens do que para o lado das mulheres,



entretanto com um pico entre 25-30 anos de trabalho quer para os homens quer para as mulheres. O que indica que as mulheres são mais estáveis do que os homens, em termos de mobilidade de emprego. Mas, vê-se claramente que há uma tendência para agora recrutar mais homens do que mulheres.

Em 2017 a destacar a formação no IPS-POST que foi ministrada para 19 trabalhadores e que decorreu no CTC – Praia.

No exterior houve duas ações de formação de média duração, ambas em Lisboa, nos domínios postais (Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos – PDRH, em cooperação com CTT – Correios de Portugal) e no SCORE ERP PRIMAVERA.

Participação em Ações de Formação no País

Ano	Quadros	Quadros de Exploração, Administrativos e	Quadros de Serviços
2017	9	21	0
2016	10	34	0

Participação em Ações de Formação no Exterior

Ano	Quadros Superiores	Quadros de Exploração	Quadros Administrativos
2017	4	0	0
2016	1	1	0



5. Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pelos Correios de Cabo Verde SA, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2017. Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas apresentadas.

As demonstrações financeiras foram apuradas de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) que entrou em vigor através do Decreto-Lei 5/2008 de 4 de fevereiro com o objetivo de acompanhar os desenvolvimentos havidos nas diretivas internacionais.

Este exercício foi marcado pela melhoria do resultado líquido e pelo agravamento dos indicadores económicos e financeiros.

5.1 Situação Económica

Resultados

Os Correios de Cabo Verde, SA, encerraram o exercício económico de 2017 com um resultado líquido positivo de 4.132 contos, contra o montante de 12.350 contos negativos do ano anterior, o que representa um acréscimo de 133% (16.482 contos), face ao ano de 2016.

O EBITDA atingiu o valor de 29.442 contos positivos contra o valor de 12.016 contos positivos do ano anterior, representando um aumento de 17.388 contos.

O resultado operacional em 2017 foi de 1.776 contos negativos contra 19.164 contos negativos em de 2016, o que traduz um aumento de 91%. (17.388 contos).

Este resultado ficou a dever-se, sobretudo, ao aumento dos ganhos em subsidiárias, valorizadas pelo MEP e dos rendimentos e ganhos.

-No quadro seguinte estão representados a evolução dos resultados dos últimos três anos.



Demonstração de Resultados

(com valores expressos em contos)

RUBRICAS	2017	2016	2015	Δ 17/16	Δ% 17/16
Vendas e Prestações de serviços	240 495	250 705	237 429	(10 210)	-4,07
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	67 878	30 410	63 805	37 468	123,21
Subcontratos	(12 187)	(11 968)	(11 424)	(219)	1,83
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	(11 102)	(10 772)	(11 701)	(330)	3,06
Resultado operacional bruto	285 083	258 373	278 109	26 710	10,34
Fornecimentos e serviços externos	(68 350)	(72 492)	(71 545)	4 142	-5,71
Valor acrescentado bruto	216 733	185 881	206 564	30 987	16,67
Gastos com o pessoal	(192 806)	(196 000)	(211 359)	3 194	-1,63
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(1 305)	1 580	(7 719)	(2 885)	-182,59
Provisões (aumentos/reduções)	(6 709)	8 044	1 139	(14 753)	-183,40
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			(11 515)	-	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	(1 868)	1 868	-	(3 736)	-200,01
Outros rendimentos e ganhos	31 413	28 460	30 090	2 953	10,38
Outros gastos e perdas	(16 015)	(17 817)	(15 491)	1 802	-10,12
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos	29 442	12 016	(8 290)	17 426	145,03
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	(31 218)	(31 180)	(34 040)	(38)	0,12
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)	(1 776)	(19 164)	(42 331)	17 388	-90,73
Juros e ganhos similares Obtidos	6 563	7 380	8 702	(817)	-11,07
Juros e perdas similares suportados	(655)	(566)	(559)	(89)	15,80
Resultado antes de Impostos	4 132	(12 350)	(34 188)	16 482	-133,46
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	4 132	(12 350)	(34 188)	16 482	-133,46



Rendimentos e Ganhos

Os Rendimentos e ganhos apresentam a seguinte composição de acordo com a sua natureza:

Rendimentos e Ganhos

Rendimentos e Ganhos	2017	2016	2015	Δ 17/16	Δ% 17/16
Vendas de Produtos	8.082	7.946	7.253	136	1,71
Serviços Correios	136.050	138.323	126.279	(2.273)	-1,64
Vales Postais/Transferências	44.524	43.171	41.051	1.353	3,13
Serviços Telefónicos	2.016	2.803	3.511	(787)	-28,09
Serviços de Terceiros	49.823	58.462	59.336	(8.639)	-14,78
Rendimentos Suplementares	20.481	18.059	17.892	2.422	13,41
Rendimentos nos Investimentos Financeiros	74.096	37.800	69.641	36.296	96,02
Variação das Provisões	13.819	17.757	1.139	(3.938)	(22,17)
Outros Rendimentos	4.714	4.878	6.362	(164)	(3,36)
Ganhos de financiamento	6.563	7.380	8.702	(817)	(11,08)
Total	360.168	336.579	341.166	23.589	7,01

Os rendimentos e ganhos globais sofreram um aumento de 7.01% face ao período homólogo. As rubricas Venda de produtos, Vales Postais/Transferências e Rendimentos nos investimentos financeiros aumentaram 1.71%, 3.13% e 96.02% respetivamente.

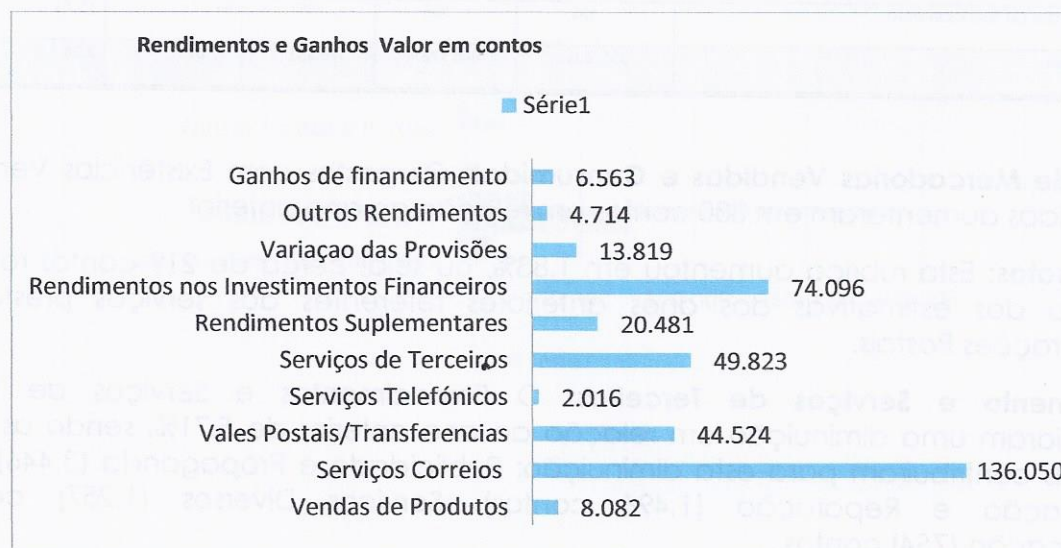
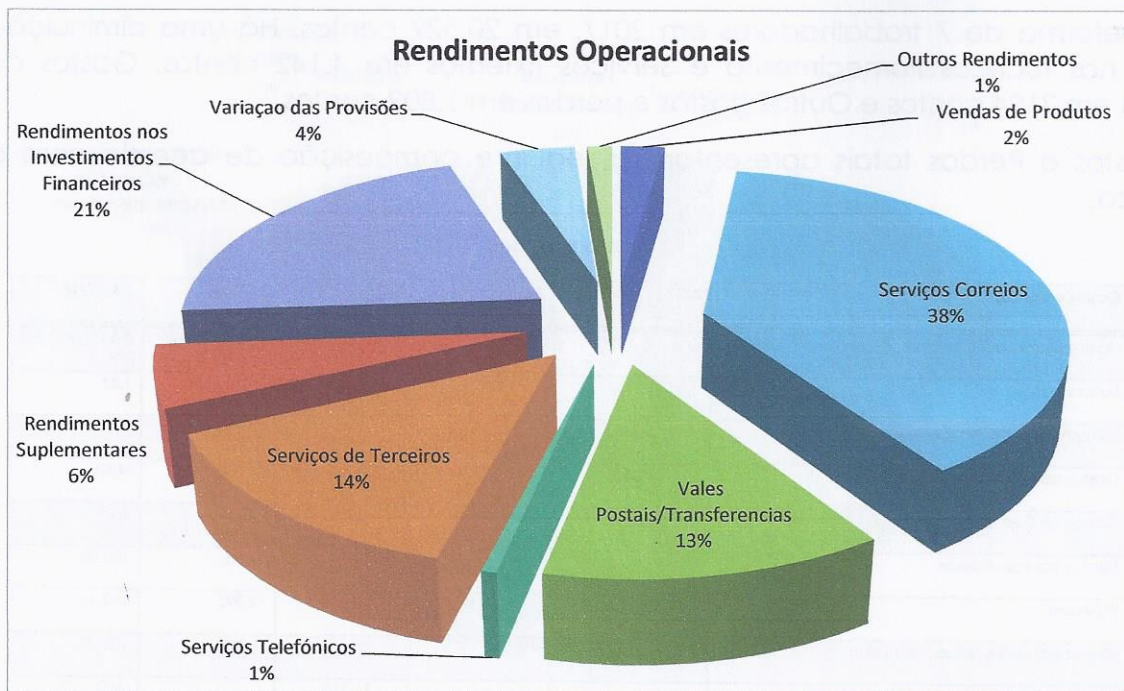
A rubrica Variação das Provisões registou um aumento das provisões em 20.529 contos que compreende 18.758 contos referentes à reformada negociada com 7 trabalhadores em 2017, 1.771 contos referentes ao efeito anual do desconto e a redução de 23.067 contos referentes a pagamentos de pré-reforma efetuados em 2017.

Em 2017, verifica-se um aumento nos investimentos financeiros em 96.02% devido ao impacto do aumento dos resultados líquidos da Caixa Económica de Cabo Verde.

Os rendimentos provenientes de Serviços Correios, Serviços Telefónicos, Serviços de Terceiros e outros rendimentos decresceram 2.273 contos (1.64%), 787 contos (28.09%), 8.639 contos (14.78%) e 164 contos (3.36%) respetivamente, em relação ao ano anterior.

Compõe a rubrica de serviços de Correios os serviços prestados com envio e receção e distribuição de correspondências, encomendas postais e Express Mail e a rubrica de Serviços de Terceiros as comissões pela prestação de serviços a Instituições e Empresas, a saber: Centro Nacional de Pensões, Cabo Verde Telecom, Garantia, Direção Geral das Alfandegas, Electra, Caixa Económica de Cabo Verde, Fundo Autónomo e Manutenção Rodoviária e Caixa Geral.

Os gráficos abaixo espelham o peso de cada uma das rubricas no cômputo total.



É de destacar que os rendimentos provenientes dos serviços dos Correios continuam sendo aqueles que mais contribuem para o volume de negócio da empresa, constituindo em 2017 38% dos rendimentos totais.

Importa referir a significativa dependência da empresa em relação aos rendimentos provenientes de Serviços de Terceiros e de Investimentos Financeiros que representam 35% dos rendimentos totais.

Gastos e Perdas

Os Gastos e Perdas em 2017, atingiram o valor de 356.036 contos, face aos 348.928 contos de 2016, registando um aumento de 7.107 contos (2.04%). Contribuíram para este aumento as seguintes rubricas: Perda por Imparidade em 1.305 contos e Provisões para



a pré reforma de 7 trabalhadores em 2017, em 20.529 contos. Há uma diminuição dos gastos nas rubricas Fornecimento e Serviços Externos em 4.142 contos, Gastos com o Pessoal em 3194 contos e Outros gastos e perdas em 1.802 contos.

Os Gastos e Perdas totais apresentam a seguinte composição de acordo com a sua natureza:

Gastos e Perdas

Gastos e perdas	2017	2016	2015	Δ 17/16	Δ% 17/16
Gastos Mercadoria e Materiais Consumo	11.102	10.772	11.701	330	3,06
Subcontratos	12.187	11.968	11.424	219	1,83
Fornecimentos e Serviços Terceiros	68.350	72.492	71.545	(4 142)	-5,71
Gastos com o Pessoal	192.806	196.000	211.359	(3.194)	-1,63
Gastos de Depreciação	31.218	31.180	34.040	38	0,12
Perdas por imparidade	1.305	-	7.719	1.305	100,00
Provisões	20.529	8.133	-	12.396	152,42
Gastos por redução de justo valor	1.868	-	-	1 868	100,00
Imparidades em investimentos financeiros	-	-	11.515	-	0,00
Outros Gastos e Perdas	16.015	17.817	15.491	(1 802)	-10,12
Perdas de financiamento	655	566	559	89	15,70
Total	356. 035	348.928	375.353	7.107	2,04

Gastos de Mercadorias Vendidas e Consumidas: Os gastos com Existências Vendidas e Consumidas aumentaram em 330 contos em relação ao ano anterior.

Subcontratos: Esta rubrica aumentou em 1.83%, ou seja, cerca de 219 contos reflexo da correção das estimativas dos anos anteriores referentes aos serviços prestados as Administrações Postais.

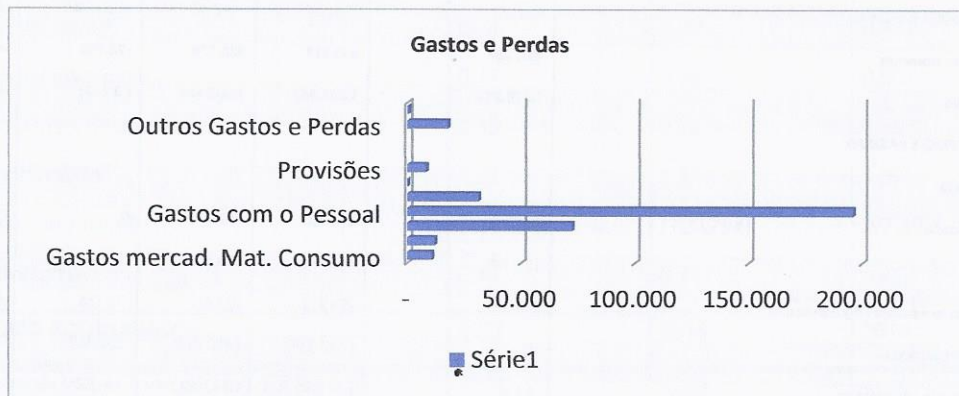
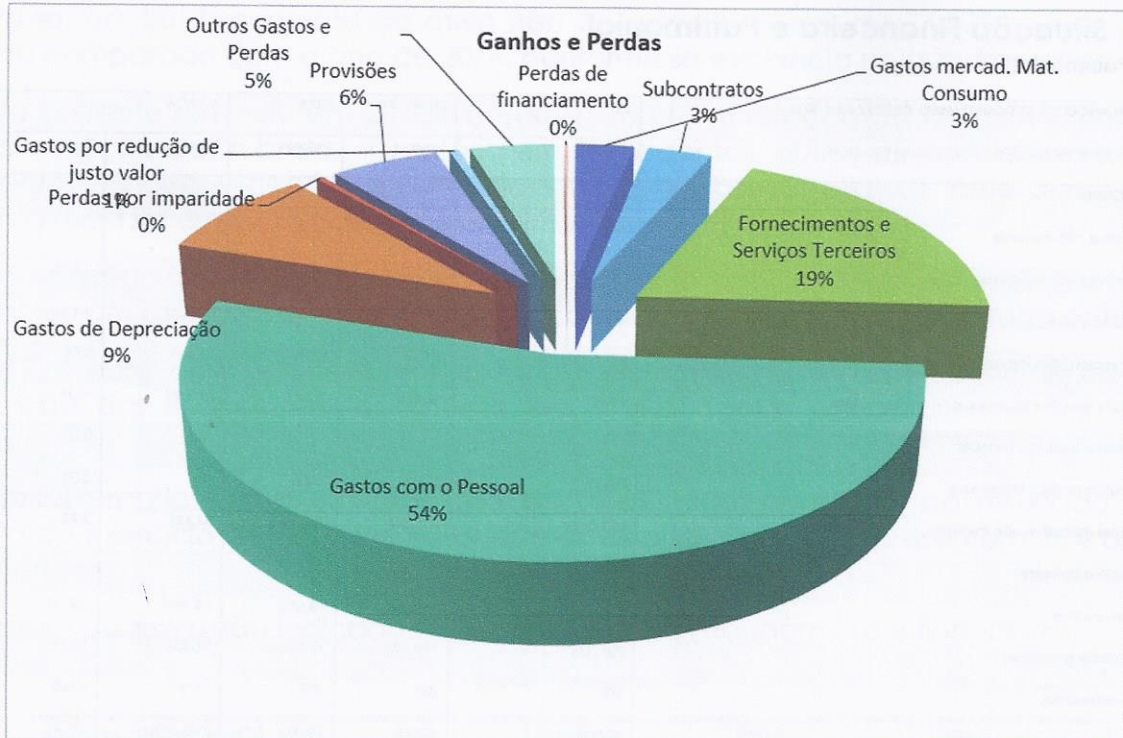
Fornecimento e Serviços de Terceiros: O Fornecimentos e Serviços de Terceiros evidenciaram uma diminuição em relação ao ano anterior de 5.71%, sendo as rubricas que mais contribuíram para esta diminuição: Publicidade e Propaganda (3.446) contos, Conservação e Reparação (1.496 contos), Serviços Diversos (1.257) contos e Comunicação (754) contos.

Gastos com o Pessoal: Os Custos com o Pessoal em 2017 representaram 54% do total dos Gastos e atingiram o valor de 192.806 contos. Acusaram uma redução de 3.194 contos (1.63%) contos relativamente ao ano anterior, justificado pelo impacto do programa de pré-reforma, e pela saída de 3 pessoas, por diversos motivos.

Outros Gastos e Perdas: Esta rubrica registou uma diminuição de 1.802 contos em relação ao ano transato.

Perdas de Financiamento: Nesta rubrica estão registados os juros suportados relativamente ao financiamento obtido.

O gráfico abaixo apresentado ilustra o peso de cada componente na estrutura dos gastos em 2017, destacando o peso dos Gastos com o Pessoal com 54%, o do Fornecimento e Serviços de Terceiros com 19% e as Depreciações com 9%.



[Handwritten signatures]



5.2 Situação Financeira e Patrimonial

Balço Patrimonial

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016	2017	2016	2015	Δ 17/16	
(Valores Expressos em milhares de Escudos)	Valores	Valores	Valores	Valores	%
ACTIVO					
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis	181.183	207.188	211.917	-26.005	-12,55
Activos intangíveis	2.004	5.160	9.683	(3 156)	-61,16
Participações financeiras - MEP	692.668	637.014	627.679	55.654	8,74
Participações financeiras — outros métodos	41.011	42.879	41.011	(1 868)	-4,36
Outras contas a receber				0	0,00
Outros activos financeiros	4.000	4.000	4.000	0	0,00
Total do activo não corrente	920.866	896.241	894.290	24.625	2,75
Activo corrente					
Inventários	13.539	20.028	18.676	(6 489)	-32,40
Contas a receber	221.336	199.782	172.812	21.554	10,79
Diferimentos	402	283	308	119	42,05
Outros activos financeiros	32.000	42.000	22.000	(10 000)	-23,81
Caixa e depósitos bancários	140.060	173.524	194.382	(33 464)	-19,28
Total do activo corrente	407.337	435.617	408.178	-28.280	-6,49
Total do activo	1.328.204	1.331.857	1.302.468	(3 653)	-0,27
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital realizado	300.000	300.000	300.000	0	0,00
Reservas	131.298	694.173	694.173	-562.875	-81,09
Ajustamentos em activos financeiros	313.098	294.912	277.471	18 186	6,17
Resultados transitados	0	(532 339)	(480 711)	532 339	-100,00
Resultado líquido do período	4 132	(12 350)	(34 188)	16 482	-133,46
Total do capital próprio	748.528	744.396	756.745	4 132	0,56
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	36.134	31.050	39.853	5 084	16,37
Financiamentos Obtidos					
Total do passivo não corrente	36.134	31.050	39.853	5 084	16,37
Passivo corrente					
Contas a pagar	508.018	508.975	483.955	-957	-0,019
Adiantamentos de clientes	1.662	1.443	923	219	15,18
Financiamentos Obtidos	22.405	34.010	14.520	-11.605	-34,12
Diferimentos	11.457	11.983	6.472	(526)	-4,39
Total do passivo corrente	543.542	556.411	505.870	-12.869	-2,31
Total do passivo	579.676	587.462	545.723	(7 785)	-1,33
Total do capital próprio e do passivo	1.328.204	1.331.857	1.302.468	(3 653)	-0,27



Regista-se, em 2017, aumento do ativo não corrente, no valor de 24.625 contos (2.75%), quando comparado com o ano de 2016, conforme se evidencia no quadro acima.

O ativo corrente diminuiu em 28.280 contos (6.49%) em relação ao ano 2016, justificado pela diminuição das rubricas: inventário em 6.489 contos, outros ativos financeiros em 10 000 contos e caixa e depósitos bancários em 33.464 contos e ainda pelo aumento das contas a receber em 21.554 contos e diferimentos em 119 contos.

Em consequência, em 2017, o ativo líquido, que atingiu o valor de 1.328.204 contos, evidenciou um decréscimo de 0.27% (3.653 contos) face ao período homólogo anterior.

Em 2017, o passivo da empresa diminuiu em 7.785 contos, justificado essencialmente pela diminuição dos financiamentos obtidos em 11.605 contos e dos diferimentos em 526 contos.

O capital próprio sofreu um aumento de 0.56% correspondente ao resultado líquido positivo do exercício de 2017. De notar que os Capitais Próprios representam 56% do ativo da empresa.

No quadro abaixo estão indicados alguns indicadores económicos e financeiros.

Rácios Financeiros

RÁCIOS FINANCEIROS	2017	2016	2015
Liquidez Geral	0.76	0.80	0.82
Liquidez Reduzida	0.77	0.82	0.80
Autonomia Financeira	0.56	0.56	0.58
Solvabilidade	1.29	1.27	1.39
Fundo de Maneio	(137,591)	(120,794)	(97,692)
Endividamento	0.44	0.44	0.42
RÁCIOS ECONÓMICOS	2017	2016	2015
Rentabilidade Operacional das Vendas	-0.01	-0.08	-0.18
Rentabilidade Operacional do Ativo	0.00	-0.01	-0.03
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0.006	-0.016	-8.274
Cash Flow	35,350	18,830	(148)
VAB	216,734	185,881	206,564

Analisando os rácios verifica-se a degradação dos indicadores financeiros e uma ligeira melhoria nos rácios económicos. Os rácios de liquidez, solvabilidade e autonomia financeira que se situaram em 0.77, 1.29% e 56% demonstram que a empresa enfrenta dificuldade em suprir os seus compromissos de curto prazo.

Importa referir que o VAB aumentou 30.853 contos, passando de 185.881 contos para 216.734 contos.



6. Perspetivas Futuras

Hoje mais do nunca, é notório e muito visível o fomento de incremento da atividade ligada à exploração de cargas e comércio ambulante de mercadorias em Cabo Verde, tando do ponto e vista restrita ao setor postal nacional, mas também marcadamente com a entrada de novos concorrentes estrangeiros que vem instalando na busca incessante de exploração do serviço de transitário a nível nacional e internacional.

De acordo com a tendência dos mercados internacionais, bem ainda face aos fatores exogéneas incontrolláveis pela empresa CCV, o atual Conselho de Administração (CA), em linha com as estratégias para modernização da empresa CCV e que vise a sua sustentabilidade no mercado de forma sólida e capaz de responder com eficiência e eficácia as necessidades da sociedade, decorrente de várias reflexões realizadas até presente data, identificaram-se linhas orientadoras e de resposta, visando o aumento da competitividade perseguindo os seguintes eixos estratégicos:

1. Continuação com a mesma dinâmica na busca de redução de custos e gastos operacionais em pelo menos 9%, com base em reformas e reconfiguração de procedimentos administrativos, pois esse desiderato tem surtido efeitos positivos em relação ao ano de 2017;
2. Aumento das receitas operacionais e extra operacionais em pelo menos 14%, com aposta forte na exploração do serviço de transitário a nível nacional e internacional;
3. Diversificação do portfólio de produtos e serviços;
4. Expansão, com forte perspectiva de internacionalização por meio de oferta de novos serviços, designadamente o serviço apontado acima (transitário);
5. Melhoramento do clima social corporativo, de modo a evidenciar ganhos de produtividade;
6. Preparação da empresa para sua certificação futura no âmbito dos ISOs inerentes à Qualidade, Segurança e Controlo interno;
7. Novo figurino de gestão património físico tangível (edifícios e terrenos), a reavaliação dos ativos;
8. Promover a revisão do quadro regulamentar, eliminando as barreiras para a revisão tarifária da competência da Regulação (ANAC);
9. Renovação do parque informático e tecnológico;
10. Aposta forte na melhoria da exploração do serviço de compras on-line ou e-commerce, que tem vindo a crescer a m ritmo exponencial em todo mundo e em Cabo Verde;
11. Inovação por meio de introdução de novos mecanismos de exploração de serviços, designadamente a entrada em funcionamento do Posto Móvel (ambulante) dos CCV, nos principais centros urbanos;
12. Reforço do quadro de pessoal com entrada (recrutamento) de novas competências vocacionadas para as demandas e estratégias da empresa, bem como a melhoria do



ecossistema tecnológico da empresa em matéria de gestão corrente e controlo de gestão.

13. Negociação de isenção de direitos aduaneiros e IVA, sobre importação de produtos genuínos ligados à exploração de serviço postal.

Notas explicativas de alguns pontos:

Ponto 1 – Respeitante a este ponto o CA prevê estabelecer e introduzir mecanismos de controlo e sensibilização no sentido de contenção de gastos operacionais gerais, bem como redução de custos inerentes à produção e comercialização de produtos, em média, em aproximadamente 15% para os próximos 3 (três) anos;

Pontos 2, 3 e 4 – O CA ciente das dificuldades que o setor postal atravessa a nível global, bem como os riscos inerentes face à concorrência e alternativas em matéria de novas e múltiplas ofertas de produtos e serviços, preconiza reformar o core business dos CCV, com aposta na incorporação de novos serviços, designadamente aposta forte em logística, envolvendo transporte de grandes cargas e encomendas a nível nacional e internacional, como por exemplo a exploração do serviço de “Transitário a nível internacional”; pois a aposta assenta fundamentalmente em aumentar as receitas em cerca de 25% para o mesmo período, tendo em atenção a aposta em marketing e exploração de novos serviços nomeadamente Transitário, Projeto Carteiro do Estado (proposta que estabelece um contrato de parceria entre os CCV e o Estado mediante contrato de exclusividade na utilização dos serviços postais, bem como toda a distribuição de documentação do Estado por meio de alocação de carteiro exclusivo - sedeadado nas instalações físicas dos ministérios e outras dependências do Estado); por último a aposta em transporte de cargas domesticas via navios e o reforço da exploração do serviço de e-commerce e transferência de dinheiro que têm vindo a aumentar a nível geral a uma taxa exponencial;

5 – Tendo em atenção o grau de motivação e satisfação dos colaboradores perante o modelo de gestão reinante na empresa nos últimos anos, com repercussões direta no nível de produtividade e reflexos no resultado corporativo, o atual CA prevê definir um conjunto de melhorar o índice de satisfação e motivação dos colaboradores em pelo menos 75%, apostando em melhorias de condições ergonómicos de trabalho, incentivos, promoções e reclassificações, convívios, formação, enquadramento laboral, entre outros;

Ponto 6 – Dada a fragilidade e as vulnerabilidades do sistema de controlo interno da empresa CCV, tendo em consideração a necessidade de se preparar a empresa para novos desafios em matéria de prestação de serviços de terceiros com maior segurança e qualidade a que se exige face a atual conjuntura concorrencial, o CA enteu de extrema importância começar a preparar a empresa criando as condições de segurança, qualidade e reforço de o sistema de controlo, com vista não só a melhoria da sua performance interna, mas também visando a sua certificação futura no âmbito dos ISOs inerentes à Qualidade, Segurança e Controlo interno;

Ponto 7 – Tendo em consideração o significativo parque de património físico tangível que os CCV possuem a nível nacional e constitui uma mais valia para o valor da empresa, com reflexos positivo no seu balanço patrimonial, o atual CA entende dar uma nova roupagem a gestão desses ativos, sob um modelo diferente de exploração dos mesmos por meio de um serviço autónomo de gestão imobiliária que passa pela exploração de arrendamentos, alienações e utilização racional pela própria empresa CCV;



7. Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a todas pessoas e entidades que colaboraram com os CCV neste exercício económico, em especial:

Aos clientes que depositaram a sua confiança ao preferirem os nossos serviços.

Ao Auditor Externo e aos Órgãos Sociais pela confiança, apoio e colaboração prestados.

A todos os colaboradores pela dedicação e empenho demonstrados ao longo dos anos.

Ao Acionista (Estado), pela confiança e orientações estratégicas.

À Tutela ministerial pelas orientações de políticas direcionadas para o Sector postal.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2017 é de 4.132 contos positivos;

Considerando que nesse resultado estão incluídos 67.878 contos positivos relacionados com resultados imputáveis à participação financeira detida na Caixa Económica de Cabo Verde, valorizada segundo o Método de Equivalência Patrimonial;

Considerando que a Caixa Económica, na sua Assembleia Geral realizada no dia 28 de maio de 2018, deliberou distribuir 25% dos resultados líquidos de 2017, cabendo aos Correios 16 969 contos;

Em consequência, o Conselho de Administração deliberou propor à Assembleia Geral dos Acionistas que o resultado líquido de 2017 seja aplicado como se segue:

- Reservas Legais 4 132 contos
- Resultados transitados 16 969 contos
- Lucros não distribuídos..... 50 909 contos

9. Anexos



CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau

BALANÇOS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores Expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Data de referência		
	Notas	31-12-2017 Valores	31-12-2016 Valores
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	3	14 963	14 963
Edifícios e outras construções		142 356	159 412
Equipamento básico		73	88
Equipamento de transporte		8 155	11 071
Equipamento administrativo		13 031	18 377
Outros ativos fixos tangíveis		400	763
Propriedades de investimento			
Edifícios e outras construções	4	2 206	2 514
Ativos intangíveis			
Projetos de desenvolvimento	5	2 004	5 160
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6	692 668	637 014
Participações financeiras — outros métodos	6	41 011	42 879
Outros ativos financeiros	7	4 000	4 000
Total do ativo não corrente		920 866	896 241
Ativo corrente			
Inventários			
Mercadorias	8	8 043	13 236
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		5 496	6 792
Clientes	9	41 022	33 989
Adiantamentos a fornecedores	15	1 993	904
Estado e outros entes públicos	10	2 673	4 430
Outras contas a receber	11	175 647	160 459
Diferimentos	35	402	283
Outros ativos financeiros	7	32 000	42 000
Caixa e depósitos bancários	12	140 060	173 524
Total do ativo corrente		407 337	435 617
Total do ativo		1 328 204	1 331 857
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	300 000	300 000
Reservas legais		40 923	40 923
Outras reservas		90 376	653 250
Ajustamentos em ativos financeiros		313 098	294 912
Resultados transitados		-	(532 339)
Resultado líquido do período		4 132	(12 350)
Total do capital próprio		748 528	744 396
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	36 134	31 050
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		36 134	31 050
Passivo corrente			
Fornecedores	15	24 795	39 128
Adiantamentos de clientes	9	1 662	1 443
Estado e outros entes públicos	16	9 465	12 523
Acionistas/sócios	17	5 322	5 322
Financiamentos obtidos	18	22 405	34 010
Outras contas a pagar	19	451 525	436 716
Provisões		16 911	15 285
Diferimentos	20	11 457	11 983
Total do passivo corrente		543 542	556 411
Total do passivo		579 676	587 462
Total do capital próprio e do passivo		1 328 204	1 331 857

A Direção da Unidade Financeira

Débora dos Santos
Débora dos Santos

O Conselho de Administração

Cipriano Semedo Soares de Carvalho
Cipriano Semedo Soares de Carvalho
/Administrador Executivo/

Almiro Leónidas Almeida Rocha
Almiro Leónidas Almeida Rocha
/Administrador Não Executivo/





CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

E 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2017	2016
Vendas e Prestações de serviços	21	240 495	250 705
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6 e 22	67 878	30 410
Variação nos inventários de produção			
Subcontratos	23	(12 187)	(11 968)
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	24	(11 102)	(10 772)
Resultado operacional bruto		285 083	258 373
Fornecimentos e serviços externos	25	(68 350)	(72 492)
Valor acrescentado bruto		216 733	185 881
Gastos com o pessoal	26	(192 806)	(196 000)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 e 11	(1 305)	1 580
Em investimentos financeiros			
Provisões (aumentos/reduções)		(6 709)	8 044
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor	6	(1 868)	1 868
Outros rendimentos e ganhos	27	31 413	28 460
Outros gastos e perdas	28	(16 015)	(17 817)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		29 442	12 016
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	29	(31 218)	(31 180)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		(1 776)	(19 164)
Juros e ganhos similares Obtidos	30	6 563	7 380
Juros e perdas similares suportados		(655)	(566)
Resultado antes de impostos		4 132	(12 350)
Imposto sobre o rendimento do período	31		
Resultado líquido do período		4 132	(12 350)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		4 132	(12 350)
Resultado por ação básico (Esc)	32	14	(41)

A Direção da Unidade Financeira

Débora dos Santos

O Conselho de Administração

Cipriano Semedo Soares de Carvalho
/Administrador Executivo/

Almiro Leónidas Almeida Rocha
/Administrador Não Executivo/



CORREIOS DE CABO VERDE, SARL
NIF: 200252208
Largo Pinheiro Chagas, 27 - Praia

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos Financeiros	Resultados Transitados		Resultado líquido do período
POSICÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2016	1	300 000	40 923	653 250	277 471	(480 711)	(34 188)	756 745
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros		-	-	-	-	-	(12 350)	(12 350)
Resultado líquido do período							(12 350)	(12 350)
RESULTADO EXTENSIVO	2						(12 350)	(12 350)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	3							
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação dos resultados do período anterior		-	-	-	-	-	-	-
	4				17 439	(51 627)	34 188	-
	13				17 439	(51 627)	34 188	-
POSICÕES NO FIM DO PÉRIODO 2016	1+2+3+4	300 000	40 923	653 250	294 912	(532 339)	(12 350)	744 396
POSICÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2017	1	300 000	40 923	653 250	294 912	(532 339)	(12 350)	744 396
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período							4 132	4 132
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros		-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO EXTENSIVO	2						4 132	4 132
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	3							
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação dos resultados do período anterior		-	-	-	18 186	(30 536)	12 350	-
Cobertura de prejuízos acumulados com Outras reservas		-	-	(562 875)	-	562 875	-	-
	4			(562 875)	18 186	532 339	12 350	-
	13 e 13			(562 875)	18 186	532 339	12 350	-
POSICÕES NO FIM DO PÉRIODO 2017	1+2+3+4	300 000	40 923	90 376	313 097	-	4 132	748 528

A Direção da Unidade Financeira

Débora dos Santos

O Conselho de Administração

Cipriano Semedo Soares de Carvalho
/Administrador Executivo/

Almiro Leônidas Almeida Rocha
/Administrador Não Executivo/





CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

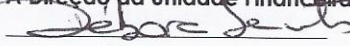
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017,

1 DE JANEIRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2015 E 31 DE DEZ. DE 2015

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)


RUBRICAS	PERÍODO		
		2017	2016
	Notas	Valores	Valores
Método Direto			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		203 926	210 073
Pagamentos a fornecedores		(85 716)	(84 184)
Pagamentos ao pessoal		(158 874)	(165 821)
Caixa gerada pelas operações		(40 663)	(39 932)
Outros recebimentos		5 566 032	5 397 442
Outros pagamentos		(5 563 310)	(5 412 249)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(37 942)	(54 738)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(18 132)	(8 224)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis/Propriedades de investimentos		-	540
Outros ativos			70
Subsídios ao investimento		1 653	8 583
Juros e rendimentos similares		6 022	8 347
Dividendos		17 194	25 349
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		6 738	34 665
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos obtidos		251 260	227 820
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(249 554)	(222 664)
Juros e gastos similares		(655)	(275)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		30	4 881
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(30 152)	(15 193)
Caixa e seus equivalentes no início do período		205 189	220 382
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	175 038	205 189

A Direção da Unidade Financeira


 Débora dos Santos

O Conselho de Administração


 Cipriano Semeador Soares de Carvalho
 /Administrador Executivo /


 Almiro Leónidas Almeida Rocha
 /Administrador Não Executivo/




CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A sociedade anónima de capitais públicos, CORREIOS DE CABO VERDE, SARL (adiante designada por CORREIOS ou Sociedade), foi criada pelo Decreto-lei nº 9-A/95 de 16 de fevereiro, que determinou, enquadrado no Programa de Reestruturação do Setor Empresarial do Estado, a cisão da então Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) em duas sociedades distintas de acordo com as suas duas atividades principais: Correios, fundamento para constituição desta mesma sociedade, e Telecomunicações, atividade afeta à sociedade Cabo Verde Telecom, SARL.

O Estado Caboverdiano detém a totalidade do capital social da Sociedade.

Nos termos dos seus Estatutos, publicados em anexo ao Decreto-Lei acima referido, o objeto dos CORREIOS compreende a exploração do serviço público de correios no território nacional e dos serviços postais de Cabo Verde com o estrangeiro e ainda a execução de convenções, acordos e regulamentos internacionais conexos.

A atividade de correios abrange todo o território Caboverdiano, nas áreas de tráfego postal, correio acelerado e serviços financeiros postais. Os CORREIOS têm vindo progressivamente a desenvolver novos produtos no domínio dos serviços financeiros, nomeadamente (i) o pagamento a pensionistas das FAIMO, da Função Pública, da Vivo Energy Cabo Verde em S. Vicente e de alguns pensionistas da Caixa Nacional de Pensões de Portugal por conta da Caixa Geral de Depósitos, (ii) a prestação de serviços à Caixa Económica de Cabo Verde relativos a abertura de contas caderneta, depósitos, levantamentos, transferência de fundos, pagamentos de vencimentos e pensões e ainda a venda de impressos nos locais onde esta instituição financeira não dispõe de Delegação, (iii) a prestação de serviços à ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SA e GARANTIA – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL relativos, respetivamente, a cobrança de faturas e venda de selos de seguros, (iv) a prestação de serviços ao Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária, relativos, essencialmente, a devolução das taxas de manutenção rodoviária, etc. Em 2000, a Sociedade aderiu ao serviço de emissão de vales por via eletrónica, denominado Eurogiro, entre Cabo Verde e Portugal e, em 2001, com Luxemburgo e Suíça, tendo sido posteriormente alargado a outros países.

Em 2006, a Sociedade aderiu ao serviço de transferência de dinheiro por via eletrónica, denominado por TMO – Tele-Money Order, entre Cabo Verde e Portugal

Em 2010, a Sociedade aderiu aos serviços de transferências de dinheiro por via eletrónica, denominado por Money Express, Money Gram e Money Exchange, entre Cabo Verde e outros países.

Em 2013, a Sociedade passou a prestar serviços de transferência de dinheiro por via eletrónica, a nível nacional.



NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 27 de Junho de 2018.

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações

Com exceção das aquisições do ano de 1995 a 2017, mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de fatura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, os restantes bens que integram os ativos fixos tangíveis da Sociedade encontram-se registados pelo valor que lhes foi atribuído aquando da cisão, com base nos registos contabilísticos da extinta Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o gasto do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	4%
Equipamento básico	10% - 20%
Material de carga e transporte	12,5% - 16,66%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Outros ativos fixos tangíveis	10% e 25%

Os ativos fixos tangíveis doados à Sociedade por terceiros são apresentados nas respetivas rubricas com contrapartida na rubrica Subsídios para investimentos (ver Nota 20), sendo depreciados na mesma base e às mesmas taxas que os restantes bens de natureza idêntica adquiridos pela Sociedade, sendo o respetivo gasto compensado em outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27), pela redução, em igual montante, da rubrica Subsídios para Investimentos.

Os terrenos e ativo tangível em curso não são objetos de depreciação.



1.2 Propriedades de investimento e depreciações

Compreendem edifícios em arrendamento e encontram-se valorizados ao custo de aquisição. Por se considerar imaterial o efeito da avaliação não se procedeu à determinação do justo valor.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. A taxa utilizada foi de 4%.

1.3 Ativos intangíveis e amortizações

Compreendem gastos com implementação do circuito ADSL e projetos de informatização dos balcões. São amortizados pelo método das quotas constantes, em base anual, em três e cinco anos, respetivamente.

1.4 Imparidade de ativos

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.5 Inventários e ajustamentos

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física integral e exaustiva. Os critérios valorimétricos adotados resumem-se como segue:

- As mercadorias e matérias-primas e subsidiárias de consumo são mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor, acrescido de gastos adicionais de compra.
- Os inventários de material filatélico, constituídos por selos emitidos nos anos de 1996 a 2017, encontram-se mensurados ao custo médio de aquisição desses anos, tendo o custo médio de cada ano sido apurado pela totalidade das compras do ano, independentemente da espécie do selo.

O apuramento dos consumos é determinado segundo o método do custo médio.

As perdas de valor em inventários, apuradas por referência a critérios de avaliação técnico-comercial, são objeto de ajustamento por imparidade (ver Nota 8).

1.6 Investimentos financeiros

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas na Nota 6. Naquelas em que a Sociedade detém controlo ou exerce influência significativa, os investimentos encontram-se valorizados de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial. Nas restantes manteve-se a valorização ao custo de aquisição, dado não serem títulos cotados e não ter sido determinado o justo valor. Havendo valor da cotação, este é utilizado para a valorização.



Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

1.7 Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 9 e 11).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

1.8 Caixa e Depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

1.9 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.10 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2012 a 2016 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.



Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.11 Provisão para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.12 Reconhecimento do rédito

Os rendimentos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador. Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço.

1.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

1.14 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as transações com o estrangeiro e (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos.

Risco da taxa de juro

O empréstimo, contraído junto do BCA, vence juro à taxa fixa, pelo que este risco é reduzido dado não se perspetivar que as taxas de juros de mercado venham a baixar. Não existem "swaps" de taxas de juro.

Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e outros devedores e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito.

Risco de liquidez

A Sociedade tem apresentado um rácio de liquidez positivo, pelo que esse risco é reduzido.



1.15 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

1.16 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

1.17 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras Contas a Pagar (ver Nota 19).

Os trabalhadores encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.18 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

Na Nota 12 é apresentada a conciliação do saldo de Caixa e depósitos bancários no Balanço e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2017 e 2016 nestas rubricas, decompõem-se como segue (em mESC):



	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2016							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 589	42 538	181 835	5 751	775 993
Depreciação acumulada	-	(328 136)	(6 575)	(34 701)	(173 610)	(4 580)	(571 319)
Valor escriturado	14 963	176 885	14	7 837	8 225	1 170	209 095
VARIAÇÕES EM 2016							
Valor líquido inicial	14 963	176 885	14	7 837	8 225	1 170	209 095
Aquisições	-	-	75	5 586	15 950	-	21 610
Alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(17)	(544)	(1 751)	-	(2 313)
Alienações-depreciação acumulada	-	-	17	544	1 751	-	2 313
Depreciação do exercício	-	(17 472)	(2)	(2 351)	(5 798)	(407)	(26 030)
Valor líquido	14 963	159 412	88	11 071	18 377	763	204 675
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 647	47 579	196 034	5 751	775 993
Depreciação acumulada	-	(345 608)	(6 559)	(36 508)	(177 657)	(4 988)	(571 319)
Valor escriturado	14 963	159 412	88	11 071	18 377	763	204 675
VARIAÇÕES EM 2017							
Valor líquido inicial	14 963	159 412	88	11 071	18 377	763	204 675
Aquisições	-	-	-	-	371	-	371
Depreciação do exercício	-	(17 057)	(15)	(2 916)	(5 717)	(363)	(26 068)
Valor líquido	14 963	142 355	73	8 155	13 031	400	178 977
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017							
Valor de aquisição	14 963	505 021	6 647	47 579	196 405	5 751	776 364
Depreciação acumulada	-	(362 665)	(6 574)	(39 424)	(183 374)	(5 351)	(597 387)
Valor escriturado	14 963	142 356	73	8 155	13 031	400	178 977

Em 2016, as aquisições compreendiam, essencialmente, (i) em Equipamento administrativo, computadores e servidores adquiridos no âmbito da reestruturação do Data Center (mESC 4 802), equipamentos informáticos (mESC 4 842) e equipamentos de rede de comunicação (mESC 2 338) e (ii) em Equipamentos de transporte, duas viaturas Ford (mESC 5 478).

NOTA 4 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento dizem respeito aos edifícios em arrendamento. Encontram-se mensurados ao custo de aquisição e decompõem-se como segue (em mESC):

	2017				2016			
	Custo Aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Custo Aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Edifícios								
Rábil	2 433	-	2 433	-	2 433	10	2 367	66
Palmarejo	3 500	168	2 487	1 013	3 500	158	2 182	1 318
ASA	4 200	140	3 007	1 193	4 200	140	3 070	1 130
	10 133	308	7 927	2 206	10 133	308	7 619	2 514

Devido ao facto de se considerar o seu efeito imaterial, não foi determinado o justo valor destes ativos.

NOTA 5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo líquido de mESC 2 004 compreende, essencialmente, investimentos relacionados com (i) o upgrade do Sistema SIA (mESC 12 859), (ii) com o projeto Código de Identificação Postal – CPI (mESC 1 665) e (iii) um aplicativo middleware para a integração



da plataforma da Money Gram, doado em 2017 por esta entidade (mESC 1 654) (ver Nota 20), deduzido de depreciações acumuladas de mESC 14 514, dos quais mESC 4 842 referentes ao exercício de 2017.

NOTA 6 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se nos quadros seguintes as informações relativas às participações financeiras valorizadas segundo (i) o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e (ii) o custo de aquisição ou justo valor.

Participação valorizada segundo o MEP

O saldo refere-se à participação de 15% detida na Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), com sede na Praia. A Sociedade exerce influência significativa nesta associada por via de participação no Conselho de Administração.

Os movimentos resumem-se como segue:

	<u>mESC</u>
Saldo em 31.12.2015	627 679
Dividendos recebidos em 2016	(21 075)
Quota parte nos resultados de 2016 (ver Nota 22)	<u>30 410</u>
Saldo em 31.12.2016	637 014
Dividendos recebidos em 2017	(12 223)
Quota parte nos resultados de 2017 (ver Nota 22)	<u>67 878</u>
Saldo em 31.12.2017	<u><u>692 668</u></u>

Participações valorizadas ao custo de aquisição e ao justo valor (valor de cotação)

	Custo de aquisição	Justo valor em 31.12.17	Imparidades *	Saldo em 31.12.17	Justo valor em 31.12.16	Saldo em 31.12.16
Cabo Verde Telecom, Sarl	25 300	n/a	-	25 300	n/a	25 300
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	9 000	n/a	-	9 000	n/a	9 000
Novo Banco	11 515	n/a	(11 515)	-	n/a	-
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	14 226	6 711	-	6 711	8 579	8 579
	<u>60 041</u>	<u>6 711</u>	<u>(11 515)</u>	<u>41 011</u>	<u>8 579</u>	<u>42 879</u>

n/a- não aplicável

Todas as participadas têm sede na Praia.

A participação na Sociedade Caboverdiana de Tabacos encontra-se valorizada ao preço da cotação na Bolsa de Valores, o qual em 31 de dezembro de 2017 era de mESC 3 (2016: mESC 3,8), tendo originado perdas de mESC 1 868, registados na rubrica de Aumentos/Reduções de justo valor (2016: ganhos de mESC 1 868).

A participação de 7,35% detida no Novo Banco foi ajustada por imparidade em 2015, tendo o banco sido objeto de resolução em março 2017.



Os dividendos recebidos destas participadas em 2017 relativos ao exercício de 2016 e em 2016 relativos ao exercício de 2015 resumem-se como segue (ver Nota 27):

	mESC	
	2017	2016
Cabo Verde Telecom, SARL	1 248	1 248
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	3 110	2 878
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	1 860	1 396
	<u>6 218</u>	<u>5 522</u>

As informações financeiras das participadas resumem-se como segue (em mESC):

	Activo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% de participação
Caixa Económica de Cabo Verde	72 270 116	68 122 643	4 147 473	452 519	15,14%
Cabo Verde Telecom, Sarl	11 447 775	4 841 627	6 606 148	160 133	0,70%
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	2 904 326	1 737 440	1 166 886	121 943	5,00%
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	944 711	67 053	877 659	233 703	0,90%

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Compreendem depósitos a prazo no Banco Comercial do Atlântico sendo (i) mESC 4 000, não disponível para uso no curto prazo por se encontrar cativo a título de caução e de garantia a favor do Tribunal Judicial da Comarca São Vicente, para fazer face a um processo judicial levantada por um ex-funcionário dos CORREIOS (ver Nota 14) e (ii) mESC 32 000 (2015: mESC 22 000) penhorados a título de garantia bancária do empréstimo conta corrente caucionada (ver Nota 18).

NOTA 8 - INVENTÁRIOS

	mESC	
	2017	2016
Mercadorias		
Material postal	3 840	7 437
Material filatélico (valores postais)	3 366	4 964
Caixas de correio	1 269	1 269
Cupões de resposta	98	96
Perdas por imparidades acumuladas	(530)	(530)
	<u>8 043</u>	<u>13 236</u>
Materiais de consumo		
Ajustamentos em Inventário-Armazem	5 889	7 049
Perdas por imparidades acumuladas	(135)	-
	(258)	(258)
	<u>5 496</u>	<u>6 792</u>
	<u>13 539</u>	<u>20 028</u>

As perdas por imparidades acumuladas não tiveram qualquer movimento nos exercícios de 2017 e 2016. O saldo à data do balanço é considerado adequado para fazer face a perdas



potenciais de valor nos inventários, calculadas com base em critérios de avaliação técnico-comercial.

NOTA 9 – CLIENTES

		mESC	
		2017	2016
Saldos devedores			
Direção Geral do Património	(i)	9 736	10 582
Electra	(ii)	8 105	7 323
CECV		4 219	3 351
Jornal "A Semana"	(iii)	2 694	2 694
Novo Banco		-	1 024
FAMR		900	900
Município dos Órgãos		582	490
BCA		2 092	476
Outros		17 047	11 502
		<u>45 375</u>	<u>38 342</u>
Perdas por imparidades acumuladas	(iv)	<u>(4 353)</u>	<u>(4 353)</u>
		<u>41 022</u>	<u>33 989</u>
Saldos credores			
Adiantamentos de clientes		<u>1 662</u>	<u>1 443</u>

(i) Direção Geral do Património (DGP)

Entre os Correios e o Ministério das Finanças existem vários contratos e protocolos que regulam os vários serviços prestados pelos Correios, como são os casos de (i) arrendamento de um espaço em Santa Maria, (ii) arrendamento de um espaço ao MTIE, (iii) prestação de serviços relativos às pensões sociais, às cobranças de impostos, ao envio de correspondências nacionais e para o estrangeiro e aos pagamentos de pensões das FAIMO.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 resulta do valor de mESC 10 582 transitado de 2016, deduzido de recebimentos de mESC 846, ficando um saldo remanescente de mESC 9 736 pendente de recebimento à data do Balanço.

(ii) Electra

O saldo corresponde às faturas de expedição de correspondência. O saldo em 31 de dezembro de 2017 resulta do saldo transitado de 2016 no valor de mESC 7 323, acrescido de faturação relativa ao ano de 2017 no montante de mESC 2 496 e deduzido dos pagamentos efetuados no montante de mESC 1 713.

(iii) Jornal "A Semana"

O saldo desta rubrica representa o remanescente da dívida de serviços postais prestados ao Jornal A Semana, transitado de exercícios anteriores no montante de mESC 2 694. Por se afigurar de cobrança duvidosa, o saldo encontra-se ajustado por imparidade.

**(iv) Perdas por imparidade acumuladas**

As perdas por imparidade não registaram qualquer movimento no exercício de 2017. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é considerado adequado tendo por referência critérios de gestão e de avaliação comercial.

NOTA 10 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Saldo devedor)

O saldo resulta (i) do valor de mESC 4 430 transitado de 2016, respeitante, essencialmente, à liquidação provisória e ao excesso de liquidação do imposto sobre lucros e (ii) do valor de mESC 1 367 relativo às retenções na fonte de imposto sobre juros de depósitos a prazo em 2017, deduzido de (iii) mESC 3 124 referentes à tributação autónoma.

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

		mESC	
		2017	2016
Corrente			
Money Gram	(i)	27 318	27 347
Money Express	(i)	22 817	27 206
Administrações Estrangeiras - serviços postais internacionais	(ii)	44 054	25 455
Disponibilidades nas Agências - Por regularizar	(iii)	20 933	18 180
Exactorias	(iv)	13 127	16 626
Produtos da CV Telecom à consignação	(v)	13 801	13 801
Electra - Prestação de serviços	(vi)	10 943	10 738
Garantia - Prestação de serviços	(vii)	2 491	7 064
Estado de Cabo Verde - Quotas UPU	(viii)	4 673	4 649
CECV - Prestação de serviços	(ix)	2 234	2 234
Juros de depósito a prazo	(x)	1 443	1 878
Rendas de espaços	(xi)	1 232	1 312
Money Exchange	(i)	2 609	-
Outros, inferiores a mESC 4 000		24 638	22 912
		192 315	179 402
Menos:			
Perdas por imparidade acumulada	(xii)	(26 594)	(27 949)
		165 721	151 453
Operações com vales	(xiii)	8 092	7 121
Pessoal	(xiv)		
Empréstimo para aquisição de viaturas		1 660	1 660
Empréstimo concedidos no âmbito do fundo social		174	226
		1 834	1 886
		175 647	160 459



(i) Money Express/Money Gram/Money Exchange

Os saldos resultaram do serviço de transferências de dinheiro por via eletrónica, representando valores pagos em Cabo Verde pelos Correios de Cabo Verde.

Pelos serviços prestados à Money Express, Money Exchange e Money Gram a Sociedade recebe uma comissão de 0,9%, 0,8% e 25%, respetivamente.

(ii) Administrações Estrangeiras

Os saldos decorrentes das relações da Sociedade com Administrações Estrangeiras - serviços postais internacionais são segregados e evidenciados separadamente segundo as suas naturezas devedora (ver acima) e credora (ver Nota 19).

O saldo devedor/credor representa valores relativos a encargos terminais, abonos de encomendas postais e serviços de "express mail" a receber/pagar de Administrações estrangeiras, reconhecidos, à data do balanço, como se segue:

	Valores ativos		Valores passivos	
	2017	2016	2017	2016
	mESC			
Administrações Estrangeiras - Serviços Postais				
Dados reais	24 587	19 853	45 840	45 482
Estimativas	19 466	5 601	23 576	10 893
	<u>44 053</u>	<u>25 454</u>	<u>69 416</u>	<u>56 375</u>

As transações com as Administrações Estrangeiras são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor na data em que ocorrem, tendo os respetivos saldos sido atualizados para os câmbios vigentes à data de 31 de dezembro de 2017.

(iii) Disponibilidades nas Agências - Por regularizar

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mESC 18 180, transitados de exercícios anteriores, referentes a diferenças encontradas nas disponibilidades de várias Agências e mESC 1 215 referentes ao valor do roubo ocorrido na Agência da Praia em 2017, saldos esses totalmente ajustados por imparidade.

(iv) Exatorias

O saldo desta rubrica corresponde aos valores de disponibilidades em dezembro de 2017 de algumas estações não transferidos para a sede.

(v) Produtos da CV Telecom à consignação

São vários produtos colocados nas agências à consignação para venda nos balcões dos Correios. Saldo de igual montante é apresentado no passivo (ver Nota 19).

(vi) Electra - Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica compreende (i) o montante de mESC 10 943 (2016: mESC 10 738) relativos a comissões a receber da Electra, SA pela cobrança de faturas efetuadas nas Estações, equivalentes a (a) uma comissão variável de 5% sobre a cobrança efetuada, no caso da Estação de Santa Maria no Sal e (b) uma comissão de ESC 50 por cada fatura



cobrada, no caso das restantes Estações, deduzido (ii) do montante de mESC 29 (2016: mESC 267), relativos a cobranças de algumas faturas de 2017 das agências de C. Velha e Órgãos que à data do balanço ainda não tinham sido transferidos à Electra, SA.

(vii) Garantia – Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica corresponde a comissões a receber da Companhia de Seguros Garantia pela cobrança de faturas efetuadas nas estações, equivalentes a uma comissão fixa de mESC 6/mês por Estação e uma comissão variável de 10% sobre a cobrança efetuada. Em 2017, procedeu-se à anulação de mESC 2 660, anteriormente ajustados por imparidade, considerados indevidos.

(viii) Estado de Cabo Verde – Quotas UPU

O saldo desta rubrica corresponde, essencialmente, à parcela das quotas pagas à UPU – União Postal Universal, por conta do Estado de Cabo Verde, relativos aos anos de 2003 e 2004.

(ix) CECV - Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica corresponde a comissões cobradas à Caixa Económica de Cabo Verde por serviços relacionados com as operações de depósito e levantamentos, equivalentes a uma comissão fixa de ESC 150 por cada operação.

(x) Juros de depósito a prazo

O saldo desta rubrica corresponde à especialização dos juros de depósito a prazo (ver Nota 12).

(xi) Rendas de espaços

O saldo desta rubrica corresponde ao valor a receber referente às rendas de espaços a terceiros.

(xii) Perdas por imparidade acumuladas

No exercício de 2017 foram reforçadas em mESC 1 305, sendo mESC 1 215 para fazer face ao produto do assalto ocorrido na Agência Postal da Praia e mESC 90 relacionados com o desfalque ocorrido em Pedra Badejo, e utilizadas em mESC 2 660 referentes a saldos considerados a receber da garantia incobráveis (ver (vii) acima). O saldo em 31 de dezembro de 2017 é considerado adequado tendo por referência critérios de gestão e de avaliação comercial.

**(xiii) Operações com vales**

	Valores activos		Valores passivos	
	2017	2016	2017	2016
	mESC			
Operações com vales nacionais/electrónicos	-	-	2 728	2 667
Administrações estrangeiras - conta vales				
Portugal	6 691	6 395	1 084	1 142
Itália	-	-	7 267	6 731
Senegal	-	-	4 482	4 482
Outros	1 401	725	2 805	2 715
	<u>8 092</u>	<u>7 121</u>	<u>15 637</u>	<u>15 070</u>
	<u>8 092</u>	<u>7 121</u>	<u>18 366</u>	<u>17 737</u>

Administrações estrangeiras - conta vales

Os Valores ativos e passivos desta rubrica representam, respetivamente, os saldos líquidos das operações com vales emitidos pelas Administrações estrangeiras e pagos pela Sociedade e vice-versa.

As transações com administrações estrangeiras encontram-se registadas ao câmbio da data em que ocorreram, tendo os correspondentes saldos sido atualizados ao câmbio vigente em 31 de dezembro de 2017.

(xiv) Pessoal

O saldo de empréstimos para aquisição de viaturas, restritos a Administradores Executivos e Diretores, compreende a parcela remanescente de um empréstimo concedido a uma ex-Administradora, o qual não vem sendo objeto de reembolso nem de débito de juros por se encontrar em contencioso.

Os empréstimos concedidos no âmbito do Fundo Social, incluem empréstimos para assistência na doença e para fins diversos. Com exceção dos empréstimos para assistência na doença, não remunerados, os restantes empréstimos vencem juros à taxa anual de 4%.



NOTA 12 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	mESC	
	2017	2016
Caixa		
Tesouraria da Praia	74	67
Caixa das estações	-	-
	<u>74</u>	<u>67</u>
Depósitos a ordem		
Banco Comercial do Atlântico	20 804	27 544
Deutsche Postbank	4 532	3 344
Caixa Económica de Cabo Verde	12 602	6 295
Novo Banco - Portugal	120	2 190
Banco Interatlântico	1 060	468
Banco Caboverdeano de Negócios	504	108
Banco Angolano de Investimentos	605	741
Conta Agências - Fundo CECV	5 759	18 767
	<u>45 986</u>	<u>59 457</u>
Depósitos a prazo		
Banco Comercial do Atlântico	4 000	4 000
Caixa Económica de Cabo Verde	90 000	100 000
Novo Banco	-	10 000
	<u>94 000</u>	<u>114 000</u>
	<u>140 060</u>	<u>173 524</u>

O depósito à ordem no Banco Comercial do Atlântico no valor de mESC 20 804 (2016: mESC 27 544) corresponde aos fundos de maneo adiantados às estações e receitas geradas por estas, os quais foram transferidos para a Sede em Janeiro de 2017.

A diferença de mESC 34 978 entre o saldo de Caixa e depósitos bancários (mESC 140 060) e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa (mESC 175 038) resume-se como se segue:

	mESC	
	2017	2016
Saldo de Caixa e depósitos bancários	140 060	173 524
Descoberto bancário (ver Nota 18)	(1 022)	(14 335)
Depósito a prazo cativos (ver Nota 7)	36 000	46 000
Saldo de Caixa e equivalentes	<u>175 038</u>	<u>205 189</u>

Os depósitos a prazo venceram juros à taxa anual que variam entre 2,75% e 5,25%.

A rubrica Conta agências - fundo CECV representa o saldo disponível nas agências referente a fundos recebidos da CECV (ver Nota 19 (iv)).



A rúbrica outros recebimentos, constantes da Demonstração do Fluxo de Caixa, compreende, essencialmente, recebimentos provenientes (i) da Direção Geral do Tesouro para fazer face aos pagamentos dos pensionistas das FAIMO (mESC 2 597 660), (ii) das emissões e prémios de emissão da Money Gram (mESC mESC 2 229 336 e mESC 50 811, respetivamente), (iii) receitas cobradas nas agências (exatorias) (135 897), (iv) das emissões da Money Exchange (mESC 70 326), (v) de despachos Alfandegários por conta da Direção Geral da Alfândega (mESC 47 703), (vi) emissões da TMO (mESC 27 397), (vii) das cobranças dos documentos únicos de cobrança (DUC) por conta das Finanças (ESC 26 532) e (viii) vales eletrónicos (mESC 25 572).

A rúbrica outros pagamentos, compreende, essencialmente pagamentos relacionados com (i) emissões da Money Gram (mESC 2 221 526), (ii) pensionistas das FAIMO (mESC 2 585 064), (iii) serviços prestados nas agências (exatorias) (mESC 206 258), (iv) emissões de Moneyexchange (mESC 74 412), (v) despachos alfandegários (mESC 47 441), (vi) emissões da Eurogiro (mESC 30 543), (vii) DUC's cobrados (mESC 26 743) e (viii) vales eletrónicos (mESC 25 457).

NOTA 13 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2017 e em 2016 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 e 2016, integralmente realizado, ascende a mESC 300 000 e é detido pelo Estado de Cabo Verde.

O resultado líquido negativo do exercício de 2016, no valor de mESC 12 350, foi aplicado como segue:

Ajustamentos em ativos financeiros	18 186
Resultados transitados	(30 536)

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social, não sendo livre para distribuição em dinheiro, mas podendo ser utilizada para aumentar Capital ou cobrir prejuízos, depois de esgotadas as restantes Reservas.



O saldo de Outras Reservas compreende o seguinte:

	mESC	
	2017	2016
Reservas para fins sociais	20 364	20 364
Reserva para investimentos	12 615	12 615
Resultado cisão c/CTT	54 143	617 018
Reservas Livres	3 253	3 253
	<u>90 375</u>	<u>653 250</u>

As Reservas para fins sociais destinam-se exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização coletiva ou de serviços coletivos aos trabalhadores, bem como para a bonificação de empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente, em condições a definir pelo Governo. A dotação anual que lhe for destinada não poderá exceder 10% do resultado líquido do exercício respetivo.

Constituem a Reserva para investimentos (i) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (ii) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Sociedade seja beneficiária.

As Reservas livres constituem a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada, não sendo impostas por lei ou pelos Estatutos, nem constituídas de acordo com contratos firmados pela Sociedade. Podem ser aplicadas para cobertura de prejuízos, para aumento de capital, ou para distribuição aos sócios.

Em 2016, o saldo de Reservas resultante da cisão compreendia, para além do montante de mESC 336 483 atribuídos pelo Estado de Cabo Verde a título de compensação resultante do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) (ver Nota 19), diversos valores resultantes de regularizações efetuadas aquando da referida cisão e posteriormente respeitantes a saldos devedores e credores que transitaram do Balanço da cisão. Este valor não se encontra disponível para distribuição, podendo, no entanto, ser utilizado para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

Em 2017 foi aprovada a deliberação sobre a proposta de cobertura de prejuízos acumulados, registados em Resultados transitados no montante de mESC 562 875, através de incorporação de Outras reservas.

O saldo de ajustamentos em Ativos financeiros compreende:

	mESC
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	277 471
Lucros não atribuídos referentes ao exercício de 2015	17 440
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	294 912
Lucros não atribuídos referentes ao exercício de 2016	18 186
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	<u>313 098</u>



Este valor não pode ser utilizado para qualquer fim, sendo transferido para Resultados Transitados ou Reservas livres quando as sociedades participadas distribuírem dividendos ou forem alienadas.

NOTA 14 – PROVISÕES

	mESC	
	2017	2016
Corrente		
Reestruturação do pessoal - Reforma antecipada	16 911	15 285
Não Corrente		
Reestruturação do pessoal - Reforma antecipada	26 887	21 803
Outros riscos e encargos	9 247	9 247
	<u>36 134</u>	<u>31 050</u>
	<u>53 045</u>	<u>46 336</u>

A provisão para reestruturação do pessoal representa o valor descontado dos encargos totais com a reforma antecipada acordada com 18 trabalhadores em 2014, 4 em 2015, 1 em 2016 e 7 em 2017, nos valores de mESC 51 664, mESC 13 616, mESC 5 934 e mESC 20 798, respetivamente. A taxa de desconto utilizada foi de 5,74%, correspondente à taxa média ponderada das obrigações do Tesouro.

Os pagamentos futuros, incluindo os descontos anuais, são representados da seguinte forma:

Ano	Valor a pagar	Desconto	Valor descontado
2018	18 297	1 386	16 911
2019	12 512	1 353	11 159
2020	7 354	1 022	6 332
2021 e seguintes	7 549	1 453	6 096
	<u>45 712</u>	<u>5 216</u>	<u>40 497</u>

A provisão para outros riscos e encargos representa a melhor estimativa possível (baseada em informações dos serviços jurídicos) dos encargos em que a Sociedade poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios, de foro laboral, em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço.



Os movimentos verificados na provisão para riscos e encargos são os seguintes (mESC):

	mESC	
	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	46 336	54 380
Aumento		
Reestruturação do pessoal (ver acima)	20 529	8 133
Redução		
Reestruturação do pessoal (ver acima)	(23 067)	(16 177)
Saldo em 31 de Dezembro	43 798	46 336

O aumento de mESC 20 529 compreende (i) mESC 18 758 referentes à provisão para a reforma negociada com 7 trabalhadores em 2017 (ver acima) e (ii) mESC 1 771 referentes ao efeito anual do desconto.

A redução de mESC 23 063 (2016: mESC 8 133) compreende os pagamentos de pré-reforma efetuados no exercício.

NOTA 15 – FORNECEDORES

Esta rubrica compreende:

		mESC	
		2017	2016
Saldos credores			
Electra	(i)	10 531	10 054
CV Telecom		2 283	1 125
Jornal A Semana		2 265	2 265
ASA-Praia		1 508	1 508
SILMAC		791	1 582
MGO Consulting	(ii)	35	3 296
SKYTECH	(iii)	-	8 297
Caetano Auto Grupo Salvador	(iv)	-	4 410
Outros		7 383	6 591
		<u>24 795</u>	<u>39 128</u>
Saldos devedores			
Adiantamentos a fornecedores		<u>1 993</u>	<u>904</u>

**(i) Electra**

O saldo a pagar à Electra resulta do fornecimento de energia e água. Inclui mESC 10 054 transitados de 2016, acrescidos do valor das faturas de fornecimentos referentes a 2017, no montante de mESC 8 854, deduzidos de pagamentos de mESC 8 377.

(ii) MGO Consulting

Representa o saldo remanescente a pagar pelo fornecimento de equipamentos de Data Center.

(iii) SKYTECH

Em 2016, o saldo devido à SKYTECH relacionava-se com o fornecimento de equipamentos informáticos e equipamentos de rede de comunicação.

(iv) Caetano Auto Grupo Salvador

Em 2016, o saldo devido à Caetano Auto era referente à aquisição de duas viaturas Ford.

NOTA 16 – Estado e Outros Entes Públicos (Credor)

O saldo credor desta rubrica decompõe-se como segue:

		mESC	
		2017	2016
Retenção de impostos sobre rendimentos	(i)	1 245	1 949
Contribuições para a Previdência Social	(i)	5 804	6 373
Tributação autónoma		1 308	3 124
Imposto sobre o Valor Acrescentado		621	621
Outros		487	456
		9 465	12 523

(i) Imposto único sobre rendimentos/Contribuições para a Previdência Social

Correspondem, essencialmente, aos processamentos das (a) retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal e (b) contribuições da Sociedade para a previdência social para entrega ao Estado, referentes ao mês de dezembro.

NOTA 17 - ACIONISTAS

O saldo desta rubrica, transitado do exercício anterior, representa os dividendos referentes ao exercício de 2001 atribuídos ao Estado de Cabo Verde e ainda não liquidados.



NOTA 18 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos compreendem os seguintes empréstimos bancários de curto prazo:

		mESC	
		2017	2016
Banco Comercial do Atlântico			
◦ Conta corrente caucionada	(A)	22 405	24 611
Novo Banco			
◦ Descoberto Bancário	(B)	-	9 399
		22 405	34 010

(A) Banco Comercial do Atlântico

Corresponde à parcela utilizada de um empréstimo sob a forma de conta corrente caucionada, contratado até ao montante máximo de mESC 32 000 em outubro de 2016, por um período de 6 meses, renovável.

Vence juros à taxa anual de 7% e encontra-se garantido por um penhor sobre o depósito a prazo no montante de mESC 32 000 (ver Nota 7).

(B) Novo Banco

Em 2016 correspondia à parcela utilizada do descoberto bancário, destinado ao financiamento de tesouraria, contratado até ao montante máximo de mESC 10 000, em dezembro de 2016, por um período de 1 mês, renovável.



NOTA 19 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

		mESC	
		2017	2016
Direcção Geral do Tesouro	(i)	107 079	94 534
Estado - Indemnização de Cisão	(ii)	78 935	78 935
Cabo Verde Telecom, Sarl	(iii)	72 360	71 360
Administrações estrangeiras - serviços postais internacionais (ver Nota 11 (ii))		69 416	56 375
Fundos CECV	(iv)	15 759	28 767
Encargos com férias e subsídio de férias e pre-reformados a pagar no ano seguinte e s (ver Nota 26)		26 071	24 320
Money Gram	(v)	19 296	19 234
Produtos da CV Telecom à consignação	(vi)	13 801	13 801
Ministério das Finanças	(i)	6 447	6 081
Credores por pagamentos diferidos	(vii)	3 022	5 948
Caixa Nacional de Pensões de Portugal		292	292
TACV		2 064	117
Outros, inferiores a mESC 4 000		19 152	19 215
		<u>433 695</u>	<u>418 978</u>
Operações com vales (Nota 11 (xiii))		<u>17 830</u>	<u>17 737</u>
		<u>451 525</u>	<u>436 716</u>

(i) Direcção Geral do Tesouro (DGT) / Ministério das Finanças

Representam os adiantamentos efetuados à Sociedade pela DGT e Ministério das Finanças para pagamento aos pensionistas das FAIMO e da Função Pública, deduzidos dos pagamentos entretanto efetuados até à data do balanço.

(ii) Estado de Cabo Verde

Nos termos do Protocolo Nº 1/96, de 29 de novembro, o Estado de Cabo Verde assumiu-se como devedor dos CORREIOS pelo montante de mESC 336 483, a título de compensação pela previsível insuficiência de resultados operacionais no âmbito do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP). Este valor foi calculado tendo por referência a insuficiência de resultados operacionais dos CORREIOS para o período de 1996 a 2000.

Em resultado de recebimentos e encontros de contas, entretanto efetuados com o Estado de Cabo Verde ao longo dos anos, a conta apresentava em 2006 um saldo devedor de mESC 14 538. Tendo o Estado de Cabo Verde feito, em 2007, um pagamento no valor de mESC 93 473, esta rubrica passou a apresentar um saldo credor de mESC 78 935. Devido a não estarem definidas as condições de reembolso deste valor não se procedeu ao cálculo do seu valor descontado.

(iii) Cabo Verde Telecom (CVT)

O saldo desta rubrica corresponde ao valor das cobranças de faturas por conta da CVT, dos quais mESC mESC 71 360 transitam do exercício anterior, acrescido de cobranças efetuadas em 2017 no montante de mESC 157 215, deduzidos de entregas à CVT de



mESC 156 215, líquido de mESC 3 490 relativos à comissão de 4.5% sobre cobranças a que a Sociedade tem direito.

Nos termos do Acordo de prestação de serviços assinado entre as partes em janeiro de 2014, as cobranças mensais efetuadas nas Estações devem ser depositadas na conta bancária da CVT até ao dia 15 do mês seguinte.

(iv) Fundos CECV

Compreendem fundos da Caixa Económica de Cabo Verde nas agências dos Correios de Cabo Verde (ver Nota 12).

(v) Money Gram

Representa (i) o bónus da renovação do contrato no valor de 25 000 Euros e (ii) os adiantamentos anuais no valor de 50 000 Euros atribuídos em 2013, 2015 e 2016, para fazer face aos pagamentos das transações.

(vi) Produtos da CV Telecom à consignação

São vários produtos colocados nas agências à consignação para venda nos balcões dos Correios. Saldo de igual montante é apresentado no passivo (ver Nota 11).

(vii) Credores por pagamentos diferidos

O saldo desta rubrica compreende encargos referentes ao exercício a liquidar no exercício seguinte, relacionados com (ii) transporte de malas pelos TACV, no montante de mESC 1 430 (2016: mESC 3 213) e (i) serviços de auditoria e de fiscalização, no valor de mESC 1 592 (2016: mESC 2 460).

NOTA 20 – DIFERIMENTOS PASSIVOS

O saldo resume-se como segue:

	mESC	
	2017	2016
Subsídios para investimentos (Doações)	9 815	10 680
Aluguer de caixas apartados a reconhecer no exercício seguinte	1 642	1 303
	11 457	11 983

Os subsídios para investimentos representam a contrapartida do custo dos ativos doados à Sociedade pela UPU Internacional, em anos anteriores, no âmbito do Fundo de Melhoria Qualidade de Serviços, e pela Money Gram, em 2017, no montante de mESC 1 654 (ver Nota 3), líquido das respetivas depreciações acumuladas. As depreciações do exercício dos bens doados ascenderam a mESC 2 519 e encontram-se compensadas em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27).



NOTA 21 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	mESC	
	2017	2016
Vendas		
Embalagens	5 696	4 601
Produtos filatélicos	1 300	2 491
Cartões postais	302	436
Outros	784	418
	<u>8 082</u>	<u>7 946</u>
Prestação de serviços		
Prémios e quota parte	39 617	38 542
Receitas e encomendas postais	39 071	36 861
Express mail / E.M.S.	24 295	27 272
Direitos terminais	23 101	25 490
Serviços prestados à FAIMO	20 391	20 325
Selos e outros valores postais	14 655	16 774
Avenças cobradas	13 569	11 712
Vinhetas de encomendas	11 553	10 981
Serviços prestados à CECV	10 149	10 250
Comissão Novo Banco	812	8 671
Comissões sobre cobranças de faturas	6 939	8 573
Receitas de caixas de apartado	8 098	8 472
Serviços prestados à FAMR	2 100	3 000
Serviços prestados à Direcção Geral das Alfândegas	3 409	2 898
Serviços de telecomunicações	2 016	2 803
Serviços TMO/EUROGIRO	2 686	2 428
Prémios de vales	2 148	2 097
Serviços prestados à Garantia	3 015	2 041
Comissões sobre venda de produtos da CVT	1 562	1 490
Outros	3 226	2 079
	<u>232 413</u>	<u>242 759</u>
	<u>240 495</u>	<u>250 705</u>

NOTA 22 – GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS

O saldo desta rubrica corresponde à quota-parte no resultado líquido da associada Caixa Económica de Cabo Verde.

Os dividendos recebidos da Caixa Económica de Cabo Verde em 2017 ascenderam a mESC 12 223 (ver Nota 6).

**NOTA 23 – SUBCONTRATOS**

Os subcontratos compreendem os seguintes serviços prestados à Sociedade:

	mESC	
	2017	2016
Serviços postais	8 201	7 546
Serviços de telecomunicações	913	1 089
Serviço Eurogiro	2 646	2 646
Serviço vales	426	686
	<u>12 187</u>	<u>11 968</u>

NOTA 24 – GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O saldo desta rubrica foi apurado como segue:

	mESC	
	2017	2016
Inventário inicial (ver Nota 9)	20 028	18 676
Compras	4 750	12 124
Regularizações inventários	(135)	-
Inventário final (ver Nota 9)	<u>(13*539)</u>	<u>(20 028)</u>
	<u>11 102</u>	<u>10 772</u>

Estes gastos correspondem, essencialmente, às vendas de embalagens, envelopes, selos e produtos filatéticos.

NOTA 25 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica é composta como segue:



		mESC	
		2017	2016
Transporte de malas	(i)	17 571	15 790
Electricidade		6 459	6 506
Vigilância e segurança	(ii)	8 022	7 796
Comunicação	(iii)	4 392	5 146
Publicidade e propaganda		250	3 696
Serviços diversos		3 713	4 970
Deslocações e estadias		1 821	1 889
Trabalhos especializados		10 973	9 018
Combustíveis		2 240	2 237
Conservação e reparação		3 014	4 510
Água		1 646	1 754
Honorários		1 116	1 191
Rendas e alugueres		721	582
Outros (inferiores a mESC 2 500)		6 412	7 407
		<u>68 350</u>	<u>72 492</u>

(i) Transporte de malas

O aumento verificado na rubrica de transportes de malas de correio é explicado, essencialmente, pela atualização do tarifário das transportadoras.

(ii) Vigilância e segurança

Incluem, essencialmente, gastos com as empresas Silmac (cerca de mESC 7 500) e Sonasa (cerca de mESC 400) referentes à segurança efetuada nas instalações da Sociedade.

(iii) Comunicação

Inclui, essencialmente, gastos com telefone e internet dos serviços centrais e agências.

NOTAS 26 – GASTOS COM O PESSOAL

	mESC	
	2017	2016
Ordenados e salários	131 840	135 144
Remunerações adicionais	28 531	33 624
Encargos sobre remunerações	26 735	25 344
Outras despesas com o pessoal	5 700	1 888
	<u>192 806</u>	<u>196 000</u>
Número médio de empregados	<u>164</u>	<u>173</u>

Os encargos com férias, subsídio de férias e respetivos encargos com a previdência social, nos montantes de mESC 10 268 (2016: mESC 10 414), mESC 11 100 (2016: mESC 10 460) e mESC 3 205 (2016: mESC 3 131), respeitantes ao exercício de 2017 a pagar em 2018 (ver Nota 19) integram as rubricas de Ordenados e salários, Remunerações adicionais e



Encargos sobre remunerações, respetivamente. A rubrica de Remunerações adicionais inclui ainda o montante de mESC 6 413 (2016: mESC 11 212), referente ao prémio de produtividade.

A diminuição registada em Ordenados e salários é explicada, essencialmente, pela redução do número médio de empregados e pela diminuição dos encargos com o Conselho de Administração.

NOTA 27 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	mESC	
	2017	2016
Rendas de propriedades de investimentos	20 273	17 931
Dividendos referentes a participações financeiras (ver Nota 6)	6 218	5 522
Diferenças de câmbios favoráveis	2 173	1 975
Compensação de amortizações dos bens do ativo tangível e ativo intangível doados à Sociedade (ver Notas 1.1 e 20)	2 519	2 803
Outros ganhos	230	229
	<u>31 413</u>	<u>28 460</u>

NOTA 28 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Discriminam-se como segue:

	mESC	
	2017	2016
Impostos directos e indirectos	5 386	8 491
Tributação autónoma	1 308	1 643
Quotizações obrigatórias	3 372	3 302
Outros	5 949	4 381
	<u>16 015</u>	<u>17 817</u>

As quotizações compreendem, essencialmente, quotas anuais devidas à (i) AICEP – Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (mESC 1 103) e (ii) UPU – União Postal Universal (mESC 2 269)



NOTA 29 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIações E DE AMORTIZAÇÕES

O saldo de mESC 31 218 (2016: mESC 31 180) compreende mESC 26 068 (2016: mESC 26 030) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3), mESC 308 (2016: mESC 308) de depreciação de propriedades de investimentos (ver Nota 4) e mESC 4 842 (2016: mESC 4 841) de depreciação do exercício de ativos intangíveis (ver Nota 5).

NOTA 30 – JUROS E GANHOS SIMILARES OBTIDOS

O saldo representa juros de depósitos a prazo (ver Nota 12).

NOTA 31 – IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO

A conciliação do resultado contabilístico e do resultado fiscal resume-se como segue:

	mESC		
	2017	2016	2015
Resultado antes de impostos	4 132	(12 350)	(34 188)
A (deduzir)/ adicionar			
Provisões para além do limite legalmente aceite / já tributada	20 529	8 044	1 140
Dividendos recebidos - participações não valorizadas ao MEP	(6 218)	(5 522)	(5 837)
Tributação autónoma	1 308	1 643	1 480
Acrescimento de 30% do total de gastos com viaturas ligeira	1 962	-	-
Aumento (diminuição) de justo valor em participações financeiras	1 868	(1 868)	-
Imposto Único sobre o património	461	-	-
Reversão de provisões tributadas	(13 819)	(16 177)	-
Gastos (rendimentos) da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	(67 878)	(30 410)	(63 805)
Resultado fiscal	(57 656)	(56 640)	(101 210)

Os efeitos resultantes da adoção do Método de Equivalência Patrimonial e do Justo valor na mensuração das participações financeiras, bem como os dividendos recebidos das participações valorizadas ao custo de aquisição e os ganhos com a alienação de participação não têm relevância fiscal.

Apesar do resultado fiscal negativo, não foram contabilizados os respetivos Impostos diferidos no montante de cerca de mESC 55 000 (2016: cerca de mESC 66 000) devido à imprevisibilidade da sua recuperação, na medida em que uma parte significativa dos rendimentos da Sociedade não é sujeita a tributação.

NOTA 32 – RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações, como segue.

	2017	2016
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	4 132	(12 350)
Número de ações	300 000	300 000
Resultado por ação básico (ESC)	14	(41)

**NOTA 33 - GARANTIAS**

As Garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se com financiamentos obtidos e encontram-se descritas na Nota 18.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

(i) Os principais saldos e transações ocorridas em 2017 e 2016 entre a Sociedade e partes relacionadas sumarizam-se nos quadros seguintes (em mESC):

	2017				
	Balança			Demonstração de resultados	
	Outras Contas a receber (Ver Nota 11)	Cientes (ver Nota 9)	Outras Contas a pagar (ver Nota 19)	Prestação de serviços (Gastos) / Rendimentos	Forn. e serv. externos
Direcção Geral do Tesouro	2 526	16 397	192 542	26 218	-
Cabo Verde Telecom	4 652	474	74 643	8 501	(4 853)
Caixa Económica de Cabo Verde	2 234	4 219	15 759	10 149	-
Garantia	2 491	-	-	3 015	-
	<u>11 904</u>	<u>21 090</u>	<u>82 944</u>	<u>47 884</u>	<u>4 853</u>

	2016				
	Balança			Demonstração de resultados	
	Outras Contas a receber (Ver Nota 11)	Cientes (ver Nota 9)	Outras Contas a pagar (ver Nota 19)	Prestação de serviços (Gastos) / Rendimentos	Forn. e serv. externos
Direcção Geral do Tesouro	2 708	13 797	179 549	26 359	-
Cabo Verde Telecom	3 958	210	72 485	10 063	(4 754)
Caixa Económica de Cabo Verde	2 234	3 351	28 767	10 250	-
Garantia	7 064	-	-	2 041	-
	<u>15 964</u>	<u>17 358</u>	<u>280 801</u>	<u>48 713</u>	<u>(4 754)</u>

(ii) Não existem transações com os Administradores.

(iii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Gastos com o pessoal ascendem a mESC 6 817 (2016: mESC 10 036).



**(iv) NOTA 35 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO**

	mESC	
	2017	2016
Acréscimos de gastos		
Acréscimos por férias (ver Nota 19)	26 071	24 320
Credores por pagamentos diferidos (ver Nota 19 (vii))	3 022	5 948
Outros credores por pagamentos diferidos (ver Nota 11 (ii))	23 576	10 893
	<u>52 669</u>	<u>41 161</u>
Acréscimos de rendimentos		
Outros credores por pagamentos diferidos (ver Nota 11 (ii))	19 466	5 601
Juros de depósitos a prazo (ver Nota 11 (x))	1 443	1 878
Rendas de espaços (ver Nota 11 (xi))	1 232	1 312
	<u>22 141</u>	<u>8 791</u>
Diferimentos de rendimentos		
Subsídios para investimentos (ver Nota 20)	9 815	10 680
Aluguer de caixas apartados (ver Nota 20)	1 642	1 303
	<u>11 457</u>	<u>11 983</u>
Diferimentos de gastos		
Seguros e outros	<u>402</u>	<u>283</u>

NOTA 36 - CONTINGÊNCIAS

Além das referidas nas Notas anteriores, não são do conhecimento da Sociedade outras situações que possam gerar custos futuros e que como tal devessem ser provisionados ou relatadas.

NOTA 37 - RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Não existem responsabilidades e compromissos de valor significativo não incluídos no balanço.

NOTA 38 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais a divulgar.

NOTA 39 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.



Two handwritten signatures in blue ink, one above the other, located to the right of the official stamp.



CORREIOS DE CABO VERDE, SA
GABINETE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Declaração de responsabilidade

PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda. – sucursal em Cabo Verde

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017

Praia, 2 de julho de 2017

Exmos. Senhores

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame da informação financeira dos Correios de Cabo Verde, SARL referente ao ano 2017 findo em 31 de dezembro os quais evidenciam um total de balanço nessa data no montante de 1 328 204 contos e um lucro do exercício 2017 no montante de 4 132 contos.

1 Confirmamos que cumprimos com as responsabilidades atribuídas à Administração de fazer com que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a conceção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros, fraudes ou irregularidades e salvaguardar o património da Empresa.

2 No caso de pretendermos apresentar as demonstrações financeiras e o Relatório do Auditor Independente na página da internet da Empresa, e distribuir as mesmas aos acionistas por via eletrónica (e-mail), as nossas responsabilidades, no que diz respeito à





CORREIOS DE CABO VERDE, SA
GABINETE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

preparação, divulgação e “sign off” das demonstrações financeiras, não se alteram pelo facto de estas se encontrarem reproduzidas e divulgadas por meios eletrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresenta de forma apropriada a informação financeira e o Relatório do Auditor Independente.

3 Para além do referido nas demonstrações financeiras, não temos conhecimento de quaisquer outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2017 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício 2017 então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Empresa, os seus resultados e/ou as suas atividades.

4 Confirmamos que os pressupostos relevantes por nós utilizados no cálculo de estimativas são razoáveis e que não existem assuntos que envolvam julgamento ou opinião, que não possam ser razoavelmente corroborados.

5 Foram-vos facultados (a) os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Empresa e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas, (b) toda a informação relevante que temos conhecimento, para a preparação das demonstrações financeiras, incluindo todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação e (c) toda a informação que nos foi solicitada no âmbito do vosso trabalho, bem como acesso a todos os funcionários que consideraram necessário contactar. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral de dia 3 de agosto de 2017 e a reunião do Conselho de Administração de dia 12 de março de 2018.

6 Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos





CORREIOS DE CABO VERDE, SA
GABINETE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transações que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

7 Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades, situações de fraude ou suspeita de fraude que envolva gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades, situações de fraude, ou suspeitas de fraude, ou violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou ao registo de perdas por imparidade. A Empresa tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu, cuja falta de aderência pudesse ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

8 Não nos foram comunicadas por empregados, analistas, reguladores ou outros quaisquer suspeitas ou alegações de fraude envolvendo a Empresa e que tenham efeito sobre as demonstrações financeiras.

* *

9 Foram-vos comunicadas as conclusões da nossa própria avaliação do risco de as demonstrações financeiras conterem distorções materialmente relevantes decorrentes de situações de fraude. Em nosso entender esse risco é reduzido.

10 As demonstrações financeiras incluem todos os ativos de propriedade da Empresa que nelas devem figurar (incluindo todos os saldos em caixa e em contas bancárias onde se encontram depositados fundos e disponibilidades da Empresa).

11 Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis ou intangíveis, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado ou de alteração do gosto dos consumidores ou dos hábitos dos clientes.





CORREIOS DE CABO VERDE, SA
GABINETE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12 Não temos planos ou intenções de encerrar ou alienar (linhas de produção ou linhas de negócio) ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor dos ativos fixos tangíveis ou intangíveis.

13 Confirmamos que todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e, quando aplicável, foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial.

14 As contas a receber evidenciadas no balanço em 31 de dezembro de 2017 no montante de 221 336 contos representam créditos válidos sobre clientes e outros devedores por vendas realizadas ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes de 31 de dezembro de 2017. A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada nem existem acordos para o seu diferimento para além de um ano. O saldo de 30 947 contos em 31 de dezembro de 2017 das perdas por imparidade de dívidas a receber, foi cuidadosamente revisto, pelo que consideramos que o mesmo representa a melhor estimativa possível de todos os prejuízos significativos que poderão ser incorridos aquando da cobrança dos valores a receber naquela data.

..*

15 Os inventários evidenciados no balanço estão valorizados pelo menor dos valores de custo ou de realização, tendo sido adotado o mesmo critério valorimétrico do ano anterior na sua valorização.

16 As quantidades em 31 de dezembro de 2017 foram determinadas a partir dos registos de inventário, os quais foram corrigidos com base em contagens físicas realizadas em janeiro de 2018 por pessoal qualificado.

17 Em 31 de dezembro de 2017 todas as contas a pagar relativas aos bens incluídos nos inventários estão registadas, tendo todas as quantidades faturadas aos clientes até essa data sido excluídas de tais inventários.





CORREIOS DE CABO VERDE, SA
GABINETE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

18 Todo o passivo da Empresa de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, quando aplicável, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras. Em particular:

a) consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transações entre entidades afins e/ou com interesses da Empresa, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente;

b) não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregámos os nossos advogados de tratarem de qualquer dessas matérias, para além das que constam da declaração obtida do advogado Eurico Monteiro.

19 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

20 Confirmamos que a informação respeitante à identificação das entidades relacionadas é completa e que as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras são adequadas.





CORREIOS DE CABO VERDE, SA
GABINETE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

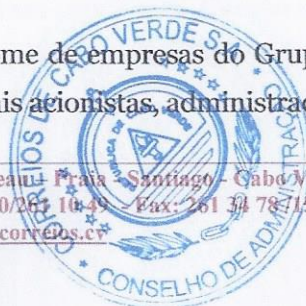
21 Relativamente ao justo valor, conforme aplicável, confirmamos (i) a razoabilidade dos pressupostos mais significativos utilizados para efeitos da mensuração e de divulgação nas demonstrações financeiras, e (ii) que esses mesmos pressupostos refletem adequadamente a capacidade e a intenção da Administração implementar os planos de ações que lhes estão subjacentes. Confirmamos também que, quando aplicável, para efeitos da mensuração e das divulgações contidas nas demonstrações financeiras, e tendo por base o previsto nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde:

- a) tivemos em consideração a adequacidade e consistência dos métodos utilizados no cálculo do justo valor, incluindo os respetivos pressupostos;
- b) as divulgações relativas ao justo valor são adequadas e incluem todas as informações relevantes nas circunstâncias;
- c) considerámos em que medida os eventos subsequentes requerem ajustamentos ao cálculo do justo valor e às respetivas divulgações.

22 Os compromissos relativos a compras a efetuar dizem respeito à aquisição de quantidades que não excedem as necessidades previstas, à preços que não irão originar prejuízos. Quando aplicável, foram efetuadas provisões para fazer face a quaisquer prejuízos significativos que possam resultar da satisfação de compromissos assumidos relativamente a vendas futuras.

23 Quando aplicável, procedemos ao adequado registo e/ou divulgação nas demonstrações financeiras examinadas das seguintes situações:

- a) contas a receber ou a pagar em nome de empresas do Grupo e outras tais como associadas, participadas, afiliadas, principais acionistas, administradores, gestores,





CORREIOS DE CABO VERDE, SA
GABINETE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

diretores ou gerentes, bem como das transações de venda, compra, financiamento, transferência, acordos de aluguer e/ou garantias com as mesmas entidades;

24 Não existem:

- a) acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares;
- b) acordos visando a posterior reaquisição de bens vendidos até à data do balanço;
- c) outros acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade da Empresa;
- d) garantias verbais e outros contratos tais como compromissos com a compra ou venda de moeda estrangeira com prévia fixação de câmbios.

**

25 Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações. Também confirmamos que revimos cuidadosamente o risco de liquidez e consideramos adequados os acordos estabelecidos para assegurar a liquidez no prazo mínimo de um ano.

26 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

27 Confirmamos que os ajustamentos identificados na sequência do vosso exame das demonstrações financeiras, e que não foram registados, não são significativos, em termos individuais e agregados, no contexto das demonstrações financeiras da Empresa. Resumem-se como se segue:





CORREIOS DE CABO VERDE, SA
GABINETE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Débito /(Crédito)		Balanço		Demonstração de resultado
		Ativo	Passivo	
Regularização de valores de depósitos não identificados	Db 12 Cr 21	2 652 (2 652)		
Operações Contas Vales Nacionais (OCP)	Db 26/ Cr 78		2 551	(2 551)
Imparidade Inventário - Caixas de correio em armazém	CR 32 / Db 65	(1 269)		1 269
		(1 269)	2 551	(1 282)

Confirmamos que não temos conhecimento da necessidade de outros ajustamentos.

Débora Santos

O Diretor Financeiro

Cipriano Carvalho

A Administração



Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas dos Correios de Cabo Verde, SARL (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na alínea a) e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na alínea b) apresentadas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira dos Correios de Cabo Verde, SARL, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

- a) Em 31 de dezembro de 2017, as rubricas de Clientes e de Outras contas a receber incluem dívidas, nos montantes de cerca de milhares de Escudos (mESC) 4 800 e mESC 35 300, respetivamente, que pela sua antiguidade e dificuldades identificadas na sua cobrança, consideramos, numa perspetiva de prudência, que deveriam ter sido objeto de ajustamento. Nas circunstâncias, o ativo líquido e o Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 encontram-se sobreavaliados em cerca de mESC 40 100.
- b) As rubricas de Outras contas a receber e de Outras contas a pagar incluem saldos de cerca de mESC 66 000 e mESC 220 500, respetivamente, em relação aos quais não obtivemos respostas aos pedidos de confirmação enviados ou informações suficientes que nos permitissem efetuar a sua validação. Nestas circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre a razoabilidade dos saldos acima referidos em 31 de dezembro de 2017, nem sobre o efeito que eventuais regularizações poderiam originar nas demonstrações financeiras do exercício.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5, Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na CRPCA sob o nº 893, NIF: CV 200 119 036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314 000
Inscrita na lista das S.R.O.C. sob o nº 183 e na C.M.V.M. sob o nº 20161485

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se,

isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

2 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhor Acionista,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração dos Correios de Cabo Verde, SARL, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos o respetivo Relatório do Auditor Independente, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados no Relatório do Auditor Independente;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. - sucursal Cabo Verde
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, CP. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5, Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na CRPCA de Cabo Verde sob o nº 893, NIF: CV 200 119 036*

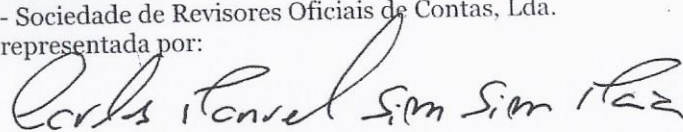
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, n.º 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314 000
Inscrita na lista dos S.R.O.C. sob o nº 183 e na C. M. V. M. sob o nº 20161485

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

2 de julho de 2018

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia